Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

A crise hídrica da região metropolitana de São Paulo e o jornal Folha de S. Paulo

Lauro de Camargo Neto

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2018

Lauro de Camargo Neto
Gestor Ambiental

A crise hídrica da região metropolitana de São Paulo e o jornal Folha de S. Paulo
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **ANTÔNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Camargo Neto, Lauro

A crise hídrica da região metropolitana de São Paulo e o jornal Folha de S. Paulo / Lauro de Camargo Neto. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2018.

79p.

Dissertação (Mestrado)- - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura

1. Crise hídrica 2. Folha de S. Paulo 3. Análise crítica do discurso 4. Análise de enquadramento I. Título

AGRADECIMENTOS

Acredito que escrever os agradecimentos seja quase, se não mais, difícil do que escrever a própria dissertação. Sempre que releio esses agradecimentos parece que não fui justo o suficiente com a ajuda e carinho que tive das pessoas que estiveram presentes comigo nesses anos de desenvolvimento desse projeto. Peço desculpas, portanto, caso não seja devidamente demonstrado aqui como todos foram imensamente importantes nesse período.

Primeiramente, agradeço ao meu pai e minha mãe, por sempre me apoiaram e me deram toda força para que eu corresse atrás dos meus objetivos. Sem sua calma e apoio esse trabalho não teria se concretizado, obrigado!

Agradeço também ao Antônio Almeida, por conseguir fazer uma bela balança entre amizade e orientação. O seu apoio, partilha de saber e contribuições para esse trabalho foram extremamente importantes. Mais do que isso, agradeço por ter me acompanhado e incentivado o meu interesse na vida acadêmica.

Aos meus amigos, Maria Carla, Rodolfo, Eduardo, José Vitor, Bruno K., Gabriela, Stephanie, Bruno F., Isabella, Arielle, Marcus, Bruno V., Piter, Bruna (e muitos outros que tenho certeza que devo ter esquecido de colocar), que conviveram ativamente comigo nesse período, tanto pelos ótimos momentos de diversão e relaxamento, como os momentos que tiveram que aguentar meu estresse e mau humor trazidos pelas inseguranças e medos do mestrado. Vocês são pessoas importantes e extremamente especiais para mim, obrigado.

Não posso deixar de colocar um agradecimento especial à Carolina, por estar sempre ao meu lado, me dando todo o suporte e ajuda que precisei em todo esse período. Sua presença foi essencial.

Preciso agradecer, e parabenizar, a Andressa, Gabriel, Gabriele, Lorena e Mariana, por criar um grupo tão consistente e bonito como a APG, que traz um pouco de sanidade para dentro dessa vida acadêmica tão maluca. Além de, é claro, se tornarem grandes amigas nesse processo.

Ao grupo de atletismo da ESALQ, que fez com que eu saísse do sedentarismo do mestrado e trabalhasse o corpo e mente durante esse todo esse período. O atletismo fez com que eu aprendesse muito mais do que eu esperava, além da vida acadêmica, me trazendo diversas novas amigas que espero manter por muitos anos.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

EPÍGRAFE

*“Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa.”.*

Chico Buarque de Hollanda

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. OBJETIVOS DO PRESENTE TRABALHO	13
1.2. O PAPEL DO JORNALISMO DENTRO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO	14
1.3. QUEM É E COMO ATUA A EMPRESA JORNALÍSTICA FOLHA DE S. PAULO	18
1.4. GESTÃO E O CONSUMO DA ÁGUA NO BRASIL.....	22
1.4.1. Caracterizando o Sistema Cantareira.....	24
1.5. A CRISE HÍDRICA DA RMSP E A SABESP	29
2. O DISCURSO AMBIENTAL DA FOLHA DE S. PAULO	33
2.1. CARACTERIZANDO OS MATERIAIS E MÉTODOS	33
2.1.1. Referencial teórico: o enquadramento do ambiente natural e análise crítica do discurso.....	33
2.1.2. Método de levantamento de dados	36
2.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
2.2.1. O discurso utilitarista do meio ambiente	38
2.2.2. Quem e quando: análises dos autores, datas e horários das publicações.....	43
2.2.3. Qual o discurso da Folha de S. Paulo: uma análise dos editoriais das eleições de 2014	48
2.2.4. A saída do volume morto: como o jornal noticiou o ano de superação da crise hídrica	56
2.2.5. O discurso utilitarista do meio ambiente realizado pelos nossos meios de comunicação	64
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DISCURSO AMBIENTAL PARA MELHORAR NOSSA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	67
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	77

RESUMO

A crise hídrica da região metropolitana de São Paulo e o jornal Folha de S. Paulo

A análise das notícias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a crise hídrica que atingiu a região metropolitana de São Paulo nos anos de 2014 e 2015, se dá com o objetivo de identificar qual o discurso ambiental da Folha. Por meio de um levantamento das notícias publicadas entre 2013 e 2016, para observar também a cobertura da temática nos anos pré e pós crise, e utilizando como ferramentas metodológicas a Análise de Enquadramento e a Análise Crítica Do Discurso, coletando dados de quando, por quem e em qual caderno a notícia é classificada, foi possível identificar o viés trazido pelo discurso do jornal frente à temática. Observa-se que o jornal faz um discurso voltado ao utilitarismo dos recursos ambientais, colocando-o a disposição para ser utilizado pela sociedade humana, ao evidenciar como causas da crise hídrica a falta de chuvas e excessivo consumo humano domiciliar, negligenciando outros aspectos como políticas públicas para ampliação da coleta de água e expansão dos reservatórios, conscientização da população, proteção das matas ciliares das bacias, entre outros fatores que contribuem para uma compreensão total da problemática ambiental. Essa abordagem culpabilizadora do consumo e dados pluviométricos, protege os gestores das bacias e agências de distribuição de água por não terem capacidade de prever o baixo índice de chuvas. Portanto, o jornal não faz uma cobertura que possibilite ao leitor compreender a complexidade do abastecimento de água da região metropolitana de São Paulo para além de um serviço prestado pelo ambiente para a sociedade. É necessário que os meios de comunicação superem essa visão utilitarista do ambiente natural, debatendo-o como parte integrante, e essencial, da sociedade humana, para que a população também tenha a compreensão que o ambiente natural é importante para sua sobrevivência.

Palavras-chave: Crise hídrica; Folha de São Paulo; Análise crítica do discurso; Análise de enquadramento

ABSTRACT

The metropolitan region of São Paulo water crisis and the newspaper Folha de S. Paulo

The analysis of the Folha de S. Paulo newspaper on the water crisis that hit a metropolitan region of São Paulo in the years 2014 and 2015, was aimed at identifying the environmental discourse of the journal. Through a survey of the news, between 2013 and 2016, to see also coverage of the issue in the pre and post-crisis annals, and the use of the Critical Discourse Analysis and Framing Analysis, collecting data from when, by whom and in which category it is news, it was possible to identify the content brought by the discourse of the newspaper about the theme. The Folha de S. Paulo discourse is aimed at the utility of environmental resources, making itself available to be used by human society, by showing the causes of the water crisis are low rainfall values and excessive domiciliary use, neglecting others aspects such as public policies for the expansion of water collection and the expansion of reservoirs, awareness of the population, protection of watersheds of the basins, among other factors that contribute to a total understanding of the environmental problem. This guilty approach to consumption and pluviometric data protects managers on the idea that they can't predict the low rainfall. Therefore, the newspaper does not make a coverage that allows the reader to understand the complexity of water supply in the metropolitan region of São Paulo as well as a service provided by the environment to society. It is necessary for the media to overcome this utilitarian view of the natural environment, debating it as an integral and essential part of human society, so that the population also has a correct understanding of the natural environment for its survival.

Keywords: Water crisis; Folha de S. Paulo; Critical discourse analysis; Framing analysis

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dessa pesquisa tem como premissa o acesso à água como direito fundamental e universal que garante dignidade à vida humana, por isso seu consumo não pode ser impedido ou limitado a nenhum indivíduo. Esse eixo orienta todas as discussões realizadas nesse trabalho acerca dos discursos existentes sobre a questão hídrica, balizadas pelo levantamento de dados e pela revisão bibliográfica.

Esta dignidade somente pode ser alcançada se houver condições que coloque o cidadão em igualdade com seu semelhante, posicionando-o de forma equânime aos demais, garantindo-lhes direitos como a saúde e a higiene, dentre outros, questão esta, que está entrelaçada à disposição da água potável, sendo, portanto, inegável suas características de direito fundamental (Medeiros; Mozetic, 2016)

Nesse sentido, além do seu relevo ambiental, a questão da água é cortada por várias problemáticas sociais, que se relacionam com segurança pública, abastecimento, coleta de esgoto e acesso à informação. Observar a questão da água apenas pela ótica ambiental limita uma interpretação correta sobre o tema. A resolução desses conflitos passa pela superação de uma perspectiva utilitarista dos recursos ambientais, perspectiva que só consegue balizar a relação do ambiente e do consumo.

A Constituição Federal de 1988 inova ao trazer o “meio ambiente” em seu núcleo protetivo (Medeiros; Mozetic, 2016)¹, demonstrando o reconhecimento dado ao ambiente natural na época em que foi promulgada. A pauta ambiental tem sido discutida sob o marco da lógica de mercado, característica da economia neoliberal que tem influenciado os países periféricos por meio dos grandes órgãos e bancos internacionais, resultando em políticas públicas que nem sempre garantem sua preservação e sustentabilidade ecológica.

Os ambientes naturais são vistos como recursos econômicos, prontos para serem explorados, degradados e comercializados. Isso orienta nossa atual política capitalista, que vê o natural como oportunidade de prospecção financeira imediata, ignorando sua função de longo prazo, de regulação do equilíbrio do sistema planetário por meio dos diversos ciclos naturais, como da água, hidrogênio, oxigênio, carbono, os quais demandam um ambiente rico, complexo e bem preservado.

Nesse contexto, a água é tratada como mais um dos recursos passíveis de exploração comercial. Regimes de comércio como a Associação Norte-Americana de Livre Comércio (NAFTA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) declararam a água como uma mercadoria negociável, classificando-a como um “bem comercial”, um “serviço” e um “investimento” (Maude& Clarke, 2002, p. 116). Essa abordagem coloca os recursos ambientais essenciais à vida humana sob controle de empresas privadas, que possuem

---

¹ Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, art. 224: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

como objetivo principal a geração de lucro e dividendos. Em grande medida, isso resulta em consequências ambientais imprevistas ou conscientemente negligenciadas, inviabilizando intervenções propositivas para minimizar os impactos ambientais.

O setor privado, apoiando-se nas políticas neoliberais, vê lucro na possível escassez da água. O livro *Ouro Azul* (Barlow, Clarke, 2003) revela as distorções das políticas públicas voltadas à privatização da distribuição de água e coleta de esgoto, nas quais as empresas privadas possuem interesse meramente mercadológico, ameaçando a sua disponibilidade e distribuição para toda a população.

A mudança de sistemas públicos para sistemas privados introduz, é claro, um conjunto completamente diferente de imperativos comerciais no fornecimento de serviços de água.

(...)

Maximizar o lucro é a meta principal, o que não garante sustentabilidade ou acesso à água. Então, a administração de recursos de água se baseia nas dinâmicas do crescente mercado de consumo e maximização de lucro, em vez na sustentabilidade a longo prazo de um recurso escasso para gerações futuras (Maude, Clarke, 2003, p. 107)

O interesse privado se opõe a noção do direito universal de acesso à água, acarretando a apropriação privada de um recurso elementar à sobrevivência o que torna a questão hídrica um conflito com graves desdobramentos sociais e ambientais.

Na legislação brasileira, a água é considerada um bem de domínio público, sendo seu acesso direito de todos. Em julho de 2010, a ONU adotou uma resolução que reconhece o acesso a água limpa e estrutura sanitária como Direito Humano (ONU, 2010).

A cobrança pelo serviço de distribuição de água gera desigualdade de acesso entre as diferentes classes sociais. Em momentos de estresse hídrico, dadas as desigualdades socioeconômicas, as populações com maiores recursos financeiros e melhor acesso à infraestrutura sanitária têm uma condição melhor para obtenção de água por meios públicos e por outros meios, que não exclusivamente aqueles disponibilizados pelo governo, como a compra de água de empresas privadas (Fracalanza, Freire, 2016). Por consequência, uma crise hídrica afeta de forma diferente as várias parcelas da população, cujos direitos de acesso seriam, teoricamente, iguais.

O princípio de equidade e garantia do acesso a direitos elementares para a sobrevivência têm particular importância no que se refere à água, por sua capacidade singular de suprir necessidades vitais, sendo parte intrínseca da reprodução da vida. Contudo, para que concretamente haja acesso igual a esse recurso é necessário que o poder público assegure condições de infraestrutura de abastecimento e tratamento em todo o território, sem distinção de classe social.

Quando falamos da questão hídrica em sentido amplo, temos que atentar também à preservação dos recursos hídricos, não apenas ao manejo de reservatórios e distribuição urbana/rural da água. Preservar os mananciais, olhos d'água, reservas subterrâneas, o entorno dos rios, lagos e represas, para que a própria natureza gere a água que necessitamos consumir.

A mídia tem importante papel na governança da água. A transparência das políticas de gestão da água auxilia os diferentes interessados a se engajarem, além de conseguirem contribuir com sugestões e práticas realizadas em suas regiões. “Ao usar o termo governança da água, pretende-se extrapolar os alcances das instituições governamentais, hierárquicas e rígidas, e promover um espaço de discussão que envolva atores de diferentes setores” (Castro, 2007, apud Jacobi et al., 2017). Como a água é um Direito Humano, é essencial que sua gestão aconteça de forma aberta e transparente com a participação da sociedade.

Entretanto, quando observamos como é tratada a questão hídrica nos meios de comunicação de massa brasileiros, a abordagem feita é descolada da realidade ecossistêmica dos sistemas hídricos. São tratadas principalmente questões voltadas para o consumo humano final, domiciliar, e afasta-se a responsabilidade do uso agrário e industrial da água. Além de negligenciar questões de manejo, administração, manutenção e planejamento de coleta e distribuição, e omitir-se em absoluto a preservação ambiental dos sistemas produtores.

No ano de 2014, os jornais começaram a noticiar a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O índice pluviométrico não atingiu as médias históricas, e o nível das represas baixou consideravelmente, fazendo com que as notícias se voltassem à seca como agente responsável pela falta de água. Entretanto, como apontado por Almeida (2015), a crise hídrica não é um problema causado apenas pela diminuição do índice pluviométrico, mas também pela falta de conservação da ecologia dos rios, má gestão das bacias, uso inconsciente da água e disposição de esgoto inadequada.

Idealmente a mídia poderia ser um importante instrumento para a conscientização da população dos vários fatores que permeiam esta problemática ambiental, pela capacidade que os meios de comunicação de massa têm de abordar todos esses aspectos de maneira clara, didática e objetiva. Haja vista que são mecanismos-chave, capazes de provocar alterações na opinião pública sobre a condução das questões ambientais, o que pode resultar em: mudanças nas leis ambientais; maior rigor nos processos de fiscalização e punição das transgressões ambientais; favorecer interesses de certos grupos em detrimento outros.

Para exercer esse papel potencial de conscientização as mídias de massa precisam estar livres de outros compromissos – sejam eles com governos, mercados ou com o capital – para cumprir seu papel de fornecer informação e conhecimento para a população, sendo assim, essencial para manutenção da democracia. Mas, nas condições atuais do Brasil, isto está longe de acontecer. Se os leitores não têm capacidade para distinguir relatos mais isentos daqueles mais distorcidos, não há mídia neutra e plural que sobreviva às exigências econômicas do mercado neoliberal.

Portanto, a expansão do capitalismo não atinge somente os recursos ambientais, como também os meios de comunicação. A concepção liberal de que a independência jornalística será regulada pelo mercado, onde os leitores consomem os jornais que oferecem um jornalismo de qualidade, com preocupações legítimas com as vastas camadas sociais, é falaciosa. O conteúdo dos jornais mais populares é concebido para se manter o *status quo*, neutralizam questionamentos e silenciam antagonismos (Moraes,

2013), isto é, controlar o discurso ambiental e, ao mesmo tempo, continuar com os negócios, sem promover alterações profundas na estrutura social.

A partir dos eixos apresentados nesse capítulo busco articular as principais referências bibliográficas que subsidiam as discussões que serão desenvolvidas no capítulo 2. Com esse intuito apresento uma introdução sobre o papel do jornalismo em nossa sociedade, as características e posições políticas da Folha de S. Paulo e sobre a crise hídrica que atingiu a Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2015.

O primeiro tópico desse capítulo expõe-se os objetivos em relação a essa pesquisa, buscando esclarecer os motivos e reflexões que me levaram a realizá-la, apresentando também as hipóteses e justificativa.

No segundo tópico desse capítulo busca-se discutir qual o papel do jornalismo dentro de um Estado democrático, sua função social e quais responsabilidades o jornal e os jornalistas têm perante a sociedade, visto que os mesmos possuem uma posição de “detentores da verdade” dos fatos. Essa posição leva esses atores a possuírem um papel central na comunicação com a população, revestindo o discurso da notícia de uma suposta neutralidade que escamoteia relações de poder existentes na estrutura do jornal. Temos sempre que atentar as relações existentes entre os poderosos, aqueles que detêm informação e a capacidade de escolha do “o que” e “como” compartilhar, e os grupos dominados, que estão em uma posição em que não podem influenciar diretamente a produção e seleção do que é noticiado (Van Dijk, 2011).

É fundamental lembrar que jornais são empresas, que estão em relação com outras forças do interesse privado e apresentam interesses políticos e econômicos, que podem definir um viés da informação veiculada.

O conteúdo do texto não é a única coisa a se pensar em uma análise crítica, mas também quem o escreveu, quem financia, quem escreve e quais são os interesses desses atores, quem tem poder sobre eles e quem eles influenciam.

No terceiro tópico do capítulo, discute-se o histórico da Folha de S. Paulo, suas características como empresa jornalística, suas relações com outras empresas e quem são os proprietários do jornal. Essas informações são importantes para entendermos a abordagem do jornal frente a suas notícias, seu conteúdo, agenda e prioridades.

No quarto tópico desse capítulo, procurou-se fazer uma apresentação dos fatos mais marcantes sobre o consumo de água no país, buscando a reflexão da nossa estrutura urbana e como nos relacionamos com a água. Também se apresenta as características principais do Sistema Cantareira de Águas, buscando levar em conta quais são os principais aspectos do sistema que afetam sua produção de água, portanto cruciais na hora de se discutir a crise hídrica que afetou o sistema em 2014. Por fim, discute-se o papel da Sabesp, empresa público-privada responsável pela distribuição de água na RMSP.

1.1. Objetivos do presente trabalho

Dado esse contexto, esse trabalho busca analisar as matérias referentes à crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo publicadas pelo jornal digital Folha de S. Paulo em seu domínio digital.

Para isso, foram levantadas notícias de janeiro de 2013 até dezembro de 2016, tendo em mente que a crise hídrica começou a ser noticiada no começo de 2014 e caiu em esquecimento no fim de 2015, decidi também analisar os anos anteriores e seguintes a essas datas para verificar como o tema foi tratado anteriormente e posteriormente ao auge da crise.

É importante colocar que a crise começou *a ser noticiada* em 2014, e não *se iniciou* em 2014, pois os problemas estruturais no sistema de armazenamento, coleta, tratamento e distribuição, são anteriores a essa data, sendo evidenciados em 2014 devido a um evento climático extremo.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar a cobertura jornalística do jornal digital da Folha de S. Paulo, da Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

Nesse sentido, busca-se identificar e debater a política editorial do jornal, que orienta os jornalistas do que e como se deve escrever; refletindo a ideologia² defendida pelo mesmo. Por mais que esse trabalho analise exclusivamente as notícias publicadas sobre o tema supracitado, a abordagem ideológica do jornal não se limita a esse tema, ou varia em outros, sendo característica de sua linha editorial.

Com o intuito de entender também com dados quantitativos a relação do jornal com as notícias ambientais, para além da análise do discurso dos textos, buscou-se selecionar dados estruturais da notícia: caderno em que foi publicada; data; horário e autor.

A análise desses dados se dá individualmente, verificando, por exemplo, a relação da curva de notícias por mês com fatos políticos externos à crise hídrica; quem são os autores que fizeram a cobertura do tema, verificando qual seu perfil e, por consequência, como é composto o quadro de jornalistas da Folha de S. Paulo; qual é o horário mais comum de publicações do jornal e por que; entre outras análises.

Com isso, visa-se contribuir para o debate da construção de um jornalismo de qualidade, plural, democrático, isento de influência de capital privado, que tenha como responsabilidade contribuir para o desenvolvimento do país.

Por fim, a leitura desse trabalho contribui para o entendimento dos leitores de como interpretar as notícias publicadas por esse jornal, visto que o trabalho expõe a abordagem ideológica trazida pelos jornalistas e corpo editorial, que se estende para outros temas.

---

² No presente trabalho, define-se ideologia por: “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2008, p. 117).

1.2. O papel do jornalismo dentro de um Estado Democrático

O que se conhece hoje por sociedade democrática está diretamente ligado à presença de uma imprensa (na teoria) imparcial e livre, que possui uma função social de informar a sociedade civil dos acontecimentos do Estado ou do mundo. Ao longo dos anos, pelo crescimento dos grandes grupos de comunicação, essa mesma imprensa passa a ser enquadrada como um dos poderes, o “Quarto Poder”, sendo um contrapoder aos três poderes do Estado: Judiciário, Executivo e Legislativo.

A imprensa, como quarto poder, teria a função de monitorar os outros três poderes (legislativo, executivo e judiciário), sendo um representante dos interesses da sociedade como um todo, além dos interesses daqueles no parlamento que expressam majoritariamente as classes dominantes da sociedade, portanto, assegurando a variedade dos pontos de vista, além de monitorar e fazer responsável as ações do governo e indústrias.

A concepção da liberdade de expressão e liberdade de imprensa começa a se consolidar nos grandes pensadores que estiveram à frente da independência dos Estados Unidos, na emenda constitucional de 1789, e Revolução Francesa, nos textos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e constituição de 1791 e 1793. A partir daí, diversos governos europeus começaram a incorporar essas ideias em suas próprias constituições.

Dentro dessa nova perspectiva da imprensa, livre de censura estatal, simultânea a uma ascensão de uma nova classe de proprietários desses meios de comunicação no começo do século XIX, a imprensa começou a ganhar um caráter empresarial, muitas vezes, sendo utilizada como um instrumento de propaganda ideológica de influência liberal, que era o novo regime que se instalava no decorrer do século XIX, juntamente com a lógica da teoria democrática e Direitos do Homem³ (Mendonça, 2015).

A pluralidade da mídia é um fator essencial para um funcionamento ideal de qualquer sistema político democrático. É essencial que o jornal seja a voz do povo, e não apenas do estado ou de um pequeno grupo de empresários que defendem interesses próprios da burguesia nacional e internacional. A pluralidade, a participação dos diversos segmentos da classe trabalhadora, traz visibilidade às suas demandas ao poder público, diminuindo sua invisibilidade na sociedade.

A teoria liberal na mídia defende que a liberdade asseguraria a neutralidade, e pluralidade, que se uma determinada visão de mundo é compartilhada por grande número de indivíduos, estes irão fomentar o funcionamento do jornal, fazendo-o ganhar mais projeção. Essa visão é no mínimo ingênua, se não perversa, por ignorar um fato crucial na organização midiática de um país: existem setores historicamente mais fortes, com maior capital, que em uma competição aberta pela adesão dos indivíduos, como consumidores, interlocutores, leitores, ouvintes etc., facilmente sairiam vitoriosos, frente a outros grupos menos poderosos (Rothberg, 2011).

---

³ Apesar de inserido pelo Mendonça como “Direitos Humanos”, no século XIX o tópico era ainda debatido como “Direitos do Homem”, por isso, achamos mais coerente manter o termo historicamente mais preciso, apesar do tema compreender, e hoje já ter avançado para, Direitos Humanos.

No Brasil, existe um oligopólio no controle dos meios de comunicação. São quatro grupos que dominam mais de 50% da audiência em cada meio e 26 que dominam os cinquenta principais veículos do país (nos quatro segmentos: impresso, on-line, TV e rádio) (MOM Brasil, 2017a)⁴.

Esse oligopólio se destaca ainda mais quando observamos que dentre esses 26 grupos, 19 deles têm suas sedes na Região Metropolitana de São Paulo, três em Brasília, e quatro em cada uma das capitais: Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre e Rio de Janeiro (MOM Brasil, 2017b). Apesar do Rio de Janeiro possuir apenas uma matriz dos grandes grupos de comunicação, a cidade ainda é considerada central na influência nacional de distribuição de notícias, por este grupo ser o Grupo Globo, o maior grupo de comunicação do país.

Essa grande mídia brasileira apresenta como características de sua comunicação, a “unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos” (Lima, 2011, p.152 apud Mendonça, 2015). Assim, além do oligopólio de propriedade temos uma centralidade nas regiões Sudeste e Sul do país, tornando outras regiões coadjuvantes no processo de construção da agenda de notícias.

Também apresenta propriedade cruzada, sendo um fenômeno especial no Brasil pela sua intensidade. O Grupo Globo, por exemplo, é proprietário de veículos na TV Aberta e Fechada, internet, rádio, jornal impresso, além de atividades nos mercados fonográfico e editorial (MOM Brasil, 2017b).

Na nossa legislação, apenas o segmento de TV por assinatura tem limitação quanto ao controle do setor. Segundo a Lei 12.485/2011, empresas do setor de audiovisual e de radiofusão não podem controlar uma parcela maior que 50% de empresas de telecomunicação.

De acordo com Dênis de Moraes (2013) a mídia atua em duas frentes. Primeiro, defendendo o ideário global, sendo um agente discursivo da globalização e do neoliberalismo, enfatizando esse discurso hegemônico com propaganda de valores e modo de vida que estimam o mercado para a regulação das demandas da sociedade. Segundo, a imprensa tem participação cruzada em diversas áreas, criando grandes grupos de mídia, comunicação, informática e, assim, tem interesse em fazer essa propagação ideológica, sendo importantes agentes econômicos dentro dessa estrutura.

É preciso observar que membros da família Marinho (proprietários do grupo O Globo) são donos de fazendas, empresas de produção agrícola, do ramo imobiliário entre outras empresas, o grupo Record é proprietário do Banco Renner, o Grupo Silvio Santos, Grupo Folha e os sócios da RedeTV!, donos de empresas do mercado financeiros. O Grupo Objetivo (proprietários do Colégio Objetivo e UNIP, sendo um dos maiores grupos de educação do país) são proprietários de diversas rádios e canais de TV aberta (MOM Brasil, 2017d). Portanto, não se pode ter a ilusão de que esses grandes grupos irão boicotar os próprios negócios indo contra os interesses de suas *holdings*, sendo não apenas a propriedade

---

⁴ O MOM (Media Ownership Monitor) é um projeto global, com metodologia padronizada, que busca responder a pergunta: Quem controla a mídia no país? O projeto também fornece uma contextualização de cada país, assim como uma análise de seu mercado de mídia e do marco regulatório do setor. No mundo é organizado pela organização Repórteres sem Fronteiras, no Brasil, foi realizado em parceria com o coletivo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Referência: <http://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/>

cruzada de meios de comunicação, mas também a propriedade cruzada de negócios de diferentes áreas, que impossibilita a neutralidade dos nossos meios de comunicação.

Ignacio Ramonet (2013) afirma que é improvável que grandes meios de comunicação, que pertencem a grupos de alta relevância no mercado, sejam ávidos críticos ao neoliberalismo e crescente globalização, pois são atores centrais nessas dinâmicas. Não podemos esperar que esses grupos discutam a reforma agrária, agricultura familiar ou agrotóxicos de maneira adequada, com tantos vínculos com o agronegócio. Quais tipos de políticas econômicas serão debatidas nos jornais com tantos interesses relacionados ao mercado financeiro? Como uma empresa de comunicação irá valorizar a educação pública e gratuita de qualidade, quando pertence a um dos maiores grupos de educação privada do país? Essa é a situação crítica em que nossos principais grupos de comunicação se encontram.

O jornalismo, então, perde seu caráter inicial de quarto poder, que defenderia os direitos dos cidadãos se apresentando como um contrapoder ao poder hegemônico dominante, se transformando em uma ferramenta de reprodução dessa ideologia liberal, à medida que são propriedade de grandes empresários e estão fundidos em *holdings* com empresas de interesses econômicos diversos.

O autor Pascual Serrano (2013) critica essa posição privilegiada em que os grandes meios de comunicação se colocam, capacitando-os inclusive de censurar informações da população. Segundo o autor, estes não admitem nenhum tipo de crítica a sua atuação, se apropriando da ideia de liberdade de imprensa, acusando de censura qualquer tentativa de limitar essa liberdade, para garantir a possibilidade de publicar o que e como querem, mesmo que essas informações estejam diretamente relacionadas a interesses privados, sejam falsas, distorcidas ou manipuladas. O autor coloca essa abordagem como uma maneira de censura, em que o meio de comunicação, por ter em suas mãos o poder de decisão das notícias, tem sobrecarregado as pessoas de informações, “enterrando a verdade com mentiras ou informações inúteis”, para causar desinformação e inação.

A mídia tem papel central quando debatemos questões da sociedade, pois é ela que produz o maior fluxo de informações que as pessoas lidam no dia a dia. Como apresentado por Maxwell McCombs, nossa visão da realidade é, em grande parte, direcionada pelo que a mídia decide nos contar (2002), e por isso é importante atentarmos para como a mídia tem apresentado as questões ambientais. Segundo McCombs, diversas “pistas” são apresentadas todos os dias, direcionando a importância dos tópicos para determinada opinião, envolvendo a maneira como o conteúdo é apresentado, o tempo/espço dedicado ao tema, as imagens utilizadas, entre outros aspectos semióticos.

Essas pistas repetem-se dia após dia comunicando efetivamente a importância de cada tópico. Em outras palavras, os meios de comunicação podem definir a agenda para um pequeno grupo de questões onde se forma a opinião pública (McCombs, 2002).

Não é possível precisar quando se consolida a ideia de “meio ambiente” amplamente reconhecido pela sociedade civil. Mas certamente o livro *Primavera Silenciosa*, publicado por Rachel Carson em 1962, é um marco importante na construção de uma crítica ambiental. Outro fato histórico importante foi o Dia da Terra, manifestação que reuniu milhares de pessoas nos EUA em 1970. Esses eventos demarcam um momento histórico, entre os anos 60 e começo dos 70, quando a consciência

pública de que a terra possui um ambiente que necessita ser protegido, começou a se desenvolver. Dessa produção intelectual e construção de uma perspectiva crítica sobre o meio ambiente emergiu o movimento ambientalista moderno, influenciando e se conectando para além das fronteiras dos Estados (Lester, 2010).

Com isso, tem início o processo de trazer para a mídia a questão ambiental, tornando-a assunto de interesse da população. O caso do Greenpeace é o mais conhecido de uma ONG que foi bem sucedida no processo de midiálar o ambiente. A ONG percebeu que utilizar a repercussão midiática, a sensibilidade pública, em favor do ambiente era mais efetivo do que realizar ações diretas contra grupos que o degradavam. Essa mudança de atuação aconteceu a partir da filmagem de caçadores de baleias nos mares da China em 1975, onde o Greenpeace começou a dar mais atenção a tornar públicas as questões ambientais.

Também nos anos 60, mas especificamente em 1969, o *The New York Times* indicou seu primeiro repórter para a área ambiental. Com esse ato, o jornal estadunidense afirmou mais do que um comprometimento com as questões ambientais, demonstrando o reconhecimento da existência do “ambiente” como um problema social e questão midiática (Lester, 2010). Iniciando a mudança da relação das pessoas com o meio ambiente, e da agenda midiática, ao colocar a questão ambiental dentro dos espaços de debate.

Para analisarmos as questões relacionadas ao papel da mídia na construção do conhecimento do ambiente como um problema social, precisamos observar não apenas a cobertura midiática, mas também as práticas ocultas, nas relações implícitas na construção dessas notícias.

Para Libby Lester (2010) as questões ambientais, mais do que muitos assuntos, trazem à superfície algum dos maiores problemas na prática jornalística: a limitada capacidade do jornalismo ter análises de longo prazo; a arbitrariedade dos valores e normas que determinam o que será noticiado; coleta restrita de informações e fontes; o papel dos jornalistas como repórteres dos fatos “objetivos” ou defensores de ações e mudanças. Tais problemas são visíveis quando os meios de comunicação são confrontados com as questões ambientais e forçados a lidar com sua complexidade, histórias e significados, e com a ampla quantidade de vozes que precisam ser ouvidas.

Alguns críticos afirmam que a dificuldade em realizar uma cobertura realmente plural, objetiva, sobre a proteção e avanço nas questões ambientais, está relacionada com a presença dos produtores das notícias – proprietários dos jornais, editores, repórteres – alinhados a partes da sociedade civil que são economicamente poderosos.

Além das instituições, é certo que os jornalistas têm importante papel na construção de notícias com qualidade. Os jornalistas possuem papel fundamental nessa construção, sendo sua função:

(...) situar os diversos aspectos das políticas públicas em seu devido contexto. Eles devem explorar as relações entre antecedentes e consequências segundo diferentes perspectivas, considerando as expectativas das pessoas afetadas e os resultados previstos de acordo com visões diversas, além de examinar influências macroestruturais, tendências históricas, alternativas, possibilidades, exemplos de outras regiões etc. (Rothberg, 2011, p. 64).

Pode-se pensar que as notícias de qualidade são as que fazem uma análise complexa do tema, trazendo os diversos grupos que estão envolvidos, possibilitando ao leitor identificar os diversos fatores e fazer a sua análise pessoal sobre o tema. Não podemos deixar de atentar à responsabilidade tanto do jornalista nessa construção, como da ideologia editorial do jornal.

1.3. Quem é e como atua a empresa jornalística Folha de S. Paulo

Atualmente, a Folha de S. Paulo é um dos jornais mais importantes do país. Sua tiragem de quase 300.000 exemplares diários, o torna o jornal brasileiro com maior número de leitores entre os diários nacionais de interesse geral. Portanto, a Folha de S. Paulo tem papel central na formação da opinião dos cidadãos brasileiros.

O jornal é formado pela união de três jornais lançados entre 1921 e 1925, denominados Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã, se unificando em um único caderno em 1962, sob o título Folha de S. Paulo, quando a família Frias assumiu o controle da companhia.

A origem da Empresa Folha da Manhã S.A. remonta ao ano de 1921, quando Olívio Olavo de Olival Costa, juntamente com um pequeno grupo de colegas que pertenciam também ao quadro de funcionários do jornal O Estado de SP, monta o jornal Folha da Noite.

O Brasil vivia grande agitação política na década de 20, caracterizados pelo fim da República Velha, onde a imprensa foi marcada por censura. A própria Folha da Noite foi censurada no mês de dezembro de 1924, momento que teve origem a Folha da Manhã (MOM Brasil, 2017e).

Como primeiro redator-chefe da Folha da Noite, Olavo de Olival Costa, imprimiu à linha editorial do jornal uma discreta simpatia pela insurreição de 1922 no Rio de Janeiro, pela revolta de 1924 e pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em 1930. Pode-se afirmar que a Folha da Noite surgiu como um jornal dirigido para o leitor urbano paulista, consequentemente com fortes traços antioligárquicos.

Enquanto a Folha da Manhã trazia conteúdos voltados para os pequenos comerciantes e profissionais liberais em ascensão, a Folha da Noite possuía uma linguagem mais popular e com traços de humor, voltado para a classe trabalhadora, publicando inclusive, artigos em diversas línguas para atender aos interesses dos imigrantes que buscavam trabalho na cidade (MOM Brasil, 2017e).

A aproximação entre os diários e as oligarquias era um processo em andamento. A abordagem favorável ao estado paulista das Folhas tinha motivado sua oposição à Revolução de 1930, que retirou o controle sobre o poder político nacional das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. “Getúlio Vargas no poder significaria a ruína da lavoura, e São Paulo era o exemplo a ser seguido: “Nós, São Paulo, onde se cultua a liberdade” (Folha da Manhã, 7/1/1930), pois o povo paulista é “ordeiro” e “disciplinado”, e Getúlio é “um convite à indisciplina” (Folha da Manhã, 1/3/1930)” (FGV, 2018).

Tal movimento seria mantido a partir de 1945, quando José Nabantino Ramos assumiu a direção das três Folhas. Nabantino tinha ligações com o general Eurico Gaspar Dutra, recém empossado

como chefe do governo federal. Já um dos financiadores do negócio e novo diretor-presidente da Folha da Manhã S.A., Alcides Ribeiro Meireles tinha interesses agrários (MOM Brasil, 2017e).

O início da década de 1960 assistiu a três principais profundas mudanças nas folhas. A primeira a unificação das três folhas e mudança de nome para Folha de S. Paulo. A terceira, a greve de jornalistas em 1961 e, finalmente, a mudança da direção da empresa em 13 de agosto de 1962.

Em 1962, então, a família Frias toma posse do jornal, e lá se encontra desde então. A linha editorial a partir de daí tornou-se antijanguista e pró-mobilização para o movimento que culminou o golpe militar de 1964.

Mas a grande mudança ocorreu em nível empresarial. Com uma conduta empresarialmente agressiva, a Folha de S. Paulo ampliou substancialmente seu público leitor a partir de mudanças no sistema de distribuição e aquisição de frota própria, que possibilitou ser mais eficiente que seus concorrentes na entrega no interior, conquistando o público interiorano. Por fim, uma revolução tecnológica na área da impressão consolidou o empreendimento, transformando a Folha de S. Paulo no jornal de maior circulação paga no Brasil.

É importante observarmos o posicionamento político da FSP frente a marcantes acontecimentos históricos nacionais, para compreender como a empresa jornalística se posiciona ideologicamente; e o faz da época da sua fundação até os dias atuais.

Na evolução dos acontecimentos do pós-1964, o jornal tentou aproveitar-se de sua autonomia financeira para preservar sua independência política frente ao Estado, mesmo tendo apoiado o movimento de 1964. Ante os acontecimentos de março de 1964, o jornal se auto definiu como “liberal e democrático” (FGV, 2018).

A campanha nacional a favor das eleições diretas para presidente da República, iniciadas em outubro de 1983, teve apoio por parte da Folha de S. Paulo. Depois de promulgada a Constituição de 1988, o jornal considerou encerrada a transição democrática. Segundo o próprio jornal, os pontos críticos da nova Carta estariam na aprovação do direito irrestrito de greve, da nacionalização dos minérios, do tabelamento de juros e de restrições à entrada de capitais estrangeiros.

Entretanto, a Folha de S. Paulo apoiou a implementação da Anistia de forma ampla, geral e irrestrita, perdendo presos políticos pelo regime militar, mas também militares acusados de violar direitos humanos. Colocou-se contra os projetos propostos pelo governo e pelo deputado Ernâni Sátiro, do MDB. O primeiro projeto excluía a anistia aos praticantes de atos terroristas, enquanto o segundo negava a todos que praticaram torturas em presos políticos.

Esse posicionamento protege não apenas os presos políticos e rebeldes que lutavam contra a ditadura, mas também os militares, torturadores e políticos que estavam diretamente envolvidos com o governo ditatorial. Esse posicionamento coloca a Folha de S. Paulo em uma posição de conforto, em que não toma lado e não fica politicamente prejudicada com os envolvidos. O apoio à ditadura fica ainda mais evidente, quando se evidencia, não apenas com o conteúdo das matérias, o apoio do jornal ao governo.

A Comissão Nacional da Verdade chancela o fato do jornal ter apoiado financeiramente, ideologicamente e materialmente a ditadura militar, por meio das suas publicações jornalísticas e

empréstimo de veículos para a Operação Bandeirante, Oban, que reprimiu opositores do governo (Carta Capital, 2014).

Essa participação velada no processo antidemocrático brasileiro, é expressado até hoje na Folha de S. Paulo, mostrando que a mesma manteve sua posição política, quando a mesma publica, no dia 17 de Fevereiro de 2009, um editorial em que considera a ditadura militar brasileira uma “Ditabranda” (Folha de S. Paulo, 2009), amenizando as atrocidades cometidas. Alguns dias após a publicação, depois de diversos protestos, perda de assinantes e questionamentos do próprio corpo de funcionários (Sakamoto, 2009), Otávio Frias Filho, proprietário e secretário geral do conselho editorial, reconhece o mau uso do termo, mas pontua:

Do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena- ou que a ditadura cubana, de esquerda (Frias Filho, 2009)

Apesar da declaração, agora contrária à ditadura, não deixa de manter as mesmas críticas aos governos de esquerda da América Latina, escancarando o viés político do jornal, que nos leva a questionar onde fica sua neutralidade na cobertura das notícias dos citados países de esquerda.

Esse posicionamento, primeiramente a favor e apoiando a ditadura, em seguida contrária, realizando campanha “Diretas já!”, foi uma estratégia empresarial do jornal, que viu seu lucro diminuir com o passar dos anos da ditadura. Não houve mudança ideológica no posicionamento do jornal, evidenciado pelo sua declaração de “ditabranda” em 2009, mas uma alteração estratégica empresarial no seu posicionamento (Muniz, 1999).

Em maio de 1992, as acusações irrefutáveis sobre o envolvimento de Fernando Collor de Mello com o esquema de corrupção dirigido pelo seu ex-tesoureiro, fizeram a Folha de S. Paulo pedir a renúncia do presidente, sendo prioridades para o novo presidente da República deveria ter como prioridades:

A reorientação do Estado rumo ao atendimento das suas funções básicas de prover saúde, segurança e educação, em vez de assumir um papel empresarial; liberalização da economia, desburocratização; melhor repartição das responsabilidades administrativas entre a União, os estados e os municípios; reforma da previdência, privatizações. (FGV, 2018).

No decorrer de 1995, o ânimo de Fernando Henrique Cardoso em promover reformas na ordem econômica e social contou com o apoio da Folha. Do ponto de vista do jornal, porém, muito embora o presidente tivesse avançado na tentativa de flexibilizar monopólios como o do petróleo e das telecomunicações e, sobretudo, conseguido consolidar “uma agenda de temas para uma economia globalizada”, as privatizações estavam acontecendo numa velocidade reduzida (FGV, 2018).

É importante observar o fato que a Folha de S. Paulo acreditava que o governo FHC estava sendo lento nas privatizações, como um fator ideológico importante quando discutimos a gestão e governança da água no contexto atual. Diversas iniciativas dos países imperialistas exigem a entrega dos sistemas de distribuições de água para a iniciativa privada. O jornal, possuindo essa abordagem, discutiria de maneira “apartidária e neutra” (utilizando termos presente em suas diversas linhas editoriais) as questões referentes ao fato da Sabesp ser uma empresa de economia mista?

Desde agosto de 1962 a família Frias é proprietária do jornal, pouco depois das Folhas se tornarem Folha de S. Paulo. Como já mencionado, a família Frias trouxe um caráter empreendedor para a administração da Folha, formando o caminho empresarial, com fins lucrativos, que os meios de comunicação estariam tomando. Desde então, a Folha de S. Paulo possui nas grandes cadeiras da direção a orientação ideológica liberal dos proprietários, valorizando a privatização dos serviços públicos e incentivando o empreendedorismo, voltada para os interesses das pequenas e médias empresas (FGV, 2018).

Em 1962 Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a direção da empresa. A família Caldeira desfaz a sociedade só em 1991, deixando o jornal na mão apenas da família Frias. Luís Frias se torna presidente da empresa em 1993, cargo que ocupa até hoje.

Otávio Frias Filho assume o cargo de secretário geral do recém criado Conselho Editorial em 1978, dando início ao “Projeto Folha”, que buscava reestruturar a empresa, incorporando estratégias de marketing na ação jornalística, com objetivo de tornar o jornal característico e melhorar sua visibilidade para atrair novos leitores.

A partir de 1981, a Folha de S. Paulo lançou diversos manuais de redação, que indicavam o caminho que os repórteres deveriam seguir em suas notícias, além de ser o primeiro jornal no país a possuir cargo de ombudsman, em 1989⁵. Após uma greve dos jornalistas de São Paulo, Frias Filho exigiu que os membros do corpo editorial tenham “solidariedade para com o projeto político do jornal” (MOM Brasil, 2017f), através dos manuais editoriais.

Em 1984, Frias Filho assume o cargo de diretor de redação do jornal, criando o manual de redação que buscava direcionar qual o tipo de jornalismo que a Folha de S. Paulo buscava alcançar. A partir daí a Folha de S. Paulo já lançou cinco manuais editoriais, em 1985, 1986, 1988, 1997 e 2017 (Folha de S. Paulo, 2017)

Em 1995, o grupo se lançou também nos caminhos da informação eletrônica, com a criação da empresa Universo OnLine (UOL) e do portal alimentado com conteúdo dos jornais Folha de S. Paulo, Folha da Tarde, Notícias Populares e material da revista IstoÉ. Buscando uma reestruturação administrativo-financeira, foi criada a *holding* Folhapar, atraindo sócios e fomentando novos empreendimentos para além da área de comunicação.

No ano seguinte, a Empresa Folha da Manhã S.A. deixou de ser apenas um jornal para começar a se tornar um grupo de comunicação, em parceria com a gráfica estadunidense QuadGraphics, nasceu a empresa Plural, que se instalou ao lado da gráfica da Folha, mas que possui administração independente. “Nosso negócio é conteúdo, mas somos grupo de mídia, não só de mídia impressa”, dizia à época Luís Frias, presidente do Grupo Folha (MOM Brasil, 2017e).

---

⁵Com um mandato de um ano, podendo ser renovado por igual período, este profissional é responsável pelo recebimento das queixas e sugestões dos leitores, pela crítica interna do jornal e por uma coluna dominical que compara a performance da Folha em relação aos concorrentes (FGV)

Na década de 1990, a Folha de S. Paulo se manteve como o maior jornal em média de circulação do país, atingindo a marca de dois milhões de exemplares aos domingos. Essa posição foi mantida na década seguinte, entretanto, acompanhando a crise que atingiu toda a imprensa brasileira, chegou a fechar o primeiro trimestre de 2009 com 298.352 exemplares, ainda como um dos maiores jornais nacionais (MOM Brasil, 2017e).

Além do jornal Folha de S. Paulo, a família Frias é proprietária, nas seguintes áreas das seguintes empresas (MOM Brasil, 2017g): Pesquisas de Opinião: Datafolha; Educação: UOL edtech; E-commerce: shopping UOL; go4gold; pagseguro UOL; Tecnologia da Informação: UOL host; UOL DIVEO.

Para realizarmos a análise crítica do discurso das notícias publicadas pela Folha de São Paulo, no que se refere à crise hídrica, essa não pode ser feita de maneira descolada dos elementos apresentados nesse tópico. Nesse sentido, essa revisão subsidia e é fundamental para a análise dos dados levantados na pesquisa.

1.4. Gestão e o consumo da água no Brasil

O planeta está “inundado d’água”; um volume de aproximadamente 1,4 bilhão de km³ sobre cerca de 71% da superfície da Terra. Entretanto, quase toda essa água é salgada, restando apenas 2,5% de água doce. Sabemos que mais de 99% dessa água está congelada nas calotas polares, geleiras ou em aquíferos subterrâneos profundos, restando somente cerca de 0,3% disponível em rios e lagos (Oliveira Filho, 2015) Nove países, entre os quais o Brasil, compartilham cerca de 60% dos recursos naturais de água doce renovável do mundo (Théry, 2015).

A água não é um novo recurso, ou tecnologia, com o qual a sociedade entrou em contato em um passado próximo. Entretanto, as discussões sobre a gestão da água doce têm se acirrado, principalmente nas últimas duas décadas por cientistas e ambientalistas, sobre sua escassez no planeta, juntamente com a concepção de que a água é um recurso finito, e não infinito, como antes se pensava.

O Brasil é um dos países de maior reserva de água doce, com 13,8% do deflúvio médio mundial. Entretanto, a falta de planejamento e investimento na distribuição e água, coleta e tratamento de esgoto, além do planejamento urbano, o faz estar em uma situação hídrica delicada.

É esperado que o consumo de água no país aumente em 30% até 2030, sendo que nos últimos 20 anos já se teve um aumento de 80%. A irrigação é o setor responsável pela maior parte do consumo de água no Brasil (67,2%), seguido pelo abastecimento animal (11,1%), industrial (9,5%), consumo humano urbano (8,8%) e consumo humano rural (2,4%) (Brasil, 2017). O uso para irrigação foi o principal fator no aumento na coleta de água dos rios no Brasil entre os anos de 2006 e 2010. Houve um aumento de 29% na coleta de água dos rios de 1.842 m³/s para 2.373 m³/s (Soriano et al., 2016).

De acordo com Braga et al. (2008; caput SORIANO et al., 2016), um dos grandes desafios de tratamento de água no país está relacionado com a gestão das demandas, do crescimento e garantia do

abastecimento de água em regiões hidrográficas com baixa disponibilidade de água, além do aumento da qualidade de água juntamente com a redução da poluição doméstica e industrial.

A complexidade do tema também se dá nos diversos espaços políticos que envolvem o problema. Em maior ou menor medida, envolve pelo menos sete diferentes políticas no âmbito nacional, que incluem suas regulamentações estaduais e municipais: meio ambiente, recursos hídricos, saneamento, vigilância sanitária, mudanças climáticas, defesa civil e acesso à informação.

Entre algumas das políticas que influenciam diretamente as questões referentes à água, está a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). A Lei Federal número 9.433 de 1997, que instituiu a PNRH e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tem como principais fundamentos: a água é um bem de domínio público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, os usos prioritários dos recursos hídricos são: o consumo humano e a dessedentação de animais (Aliança pela Água, 2015).

Outra política importante é a Política Nacional de Saneamento, criada pela Lei Federal nº 11.445/2007, que define saneamento básico como “conjunto dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, de limpeza urbana, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem e manejo de águas pluviais, bem como a infraestrutura destinada exclusivamente a cada um destes serviços.”. Via de regra, os municípios são responsáveis pelos serviços de saneamento, entretanto, como é o caso da Grande São Paulo, as regiões metropolitanas ou aglomerações constitucionalmente previstas são de responsabilidade do Estado.

Apesar de ser desenvolvida na década de 70, as Leis Estaduais 898/75 e 1.172/76, que disciplinam a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água, foram ineficazes na contenção do rápido e intenso crescimento populacional da RMSP. Hoje nossos principais reservatórios possuem diversas ocupações impróprias, que dificultam o escoamento da água de chuvas e adequada ecologia das matas ciliares.

Cientistas e ambientalistas mostram que existem outros responsáveis, além da questão climática, que causam os problemas da falta de água, como políticas inadequadas de recursos hídricos, falta de educação ambiental dos cidadãos, que causa alta poluição e desperdício de água (Marengo et al., 2015), e distanciamento dos cidadãos na cadeia de decisões do manejo das bacias, medida que já se demonstrou uma ferramenta com efeito positivo na governança dos recursos hídricos.

O Estado de São Paulo foi pioneiro no Brasil ao aprovar a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) em 1991, por meio da Lei n. 7.663, anterior à Política Nacional de Recursos Hídricos promulgada em 1997 (Lei n. 9.433). “A PERH tem como princípio a gestão descentralizada, integrada e participativa e adota a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento do recurso” (Chiodi; Sarcinelle; Uezu, 2013; Jacobi et al., 2015b), apresentando similaridades ao que se discute mundialmente sobre a Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

Um agravante para a gestão dos recursos hídricos está sendo a expansão das macrometrópoles em diferentes países. A maior parte das grandes cidades está sujeitas a variação de precipitação e, conseqüentemente, a problemas no seu sistema de abastecimento (Soriano et al., 2016). Como muitas

dessas macrometrópoles, como é o caso de São Paulo, depende de poucas bacias para seu abastecimento, uma variação imprevista de precipitação pode causar problemas graves de abastecimento.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) viveu uma das maiores secas da sua história entre o verão de 2014 até o verão de 2016. A combinação de baixos índices pluviométricos durante o verão 2014 e 2015 e um grande crescimento da demanda de água, nos últimos 20 anos, e aumento de indústrias e serviços, assim como a ausência de um planejamento minimamente adequado para o gerenciamento dos recursos hídricos (Marengo; Alves, 2015), além da falta de educação ambiental, e prevenção de danos por parte do governo, quase levou ao colapso do Sistema Cantareira que abastecia pouco menos de 50% da RMSP.

O Sistema Cantareira era o principal sistema de abastecimento de água da RMSP. Ele capta e desvia água da Bacia do Rio Piracicaba para a Bacia do Alto Tietê, e era responsável pelo abastecimento de 8,8 milhões de pessoas. São completamente abastecidas por esse sistema as cidades de: Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul; enquanto os municípios de Guarulhos, Barueri, Taboão da Serra, Santo André e São Paulo, são parcialmente atendidos. Essas cidades representam pouco menos que a metade da população da RMSP (ANA; DAEE, 2013).

O sudeste brasileiro está inserido em uma área de insuficiente disponibilidade hídrica, em quantidade (cerca de 6% do disponível no país) e qualidade, pela crescente demanda por parte da indústria, agricultura, irrigação, geração hidrelétrica e suprimento público (Soriano et al., 2016), e de certa complexidade hidrológica, devido a obras de canalização, transposição e alteração de trechos de rios, como é o caso do rio Pinheiros no município de São Paulo (Jacobi et al., 2015b), que dificultam a gestão e planejamento do abastecimento, visto que diferentes usos e demandas resultam em benefícios ou penalização de certos setores em detrimento de outros, em especial em momentos de crise.

A densidade urbana e industrial no Sudeste brasileiro causa grande estresse às bacias e vulnerabilidade hídrica para as pessoas da região (Otto, et. al, 2015), possuindo assim, grande complexidade na gestão dos seus recursos hídricos e possibilidade de conflitos, como reconhecem órgãos internacionais como a OECD (2015).

1.4.1. Caracterizando o Sistema Cantareira

O país tem uma grande desigualdade na distribuição dessa água doce, pois os centros urbanos e industriais do país estão extremamente distantes de seus recursos hídricos. Enquanto a bacia amazônica abriga cerca de 70% dos recursos hídricos, possui pouco mais de 5% da população do país. O oposto acontece no Sudeste, que é responsável por 33% do PIB, possui quase um quarto da população e abriga apenas 1,6% dos recursos hídricos (São Paulo, 2011). Enquanto a bacia hidrográfica do Atlântico Leste tem uma disponibilidade hídrica per capita de 1.835 m³/hab./ano, a bacia Amazônica possui 628.938 m³/hab./ano (Brito; Silva; Porto, 2007 apud Théry, 2015).

A RMSP, por sua vez, é composta por 39 municípios e 21,4 milhões de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2017. Possui área total de 8.051km² e concentra cerca de 19% do PIB brasileiro (IBGE, 2010), possuindo mais de 47 mil indústrias. A sua área está 70% dentro da bacia do Alto Tietê, mas depende da bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiaí (PCJ) para seu abastecimento (Custódio, 2015).

Os sistemas produtores de água da bacia do Alto Tietê, em 2015, são: o Cantareira (33m³/s), sendo 31 m³/s revertidos da bacia do PCJ; o Alto Tietê (15 m³/s); o Rio Claro (4 m³/s) sendo 0,5 revertido do rio Guaratuba, da vertente marítima; o Sistema Rio Grande (5 m³/s); o Guarapiranga (15 m³/s), sendo 1 m³/s revertido do rio Capivari, da vertente oceânica; o Alto Cotia (1,2 m³/s); o Baixo Cotia (0,9 m³/s) e o Ribeirão da Estiva (0,1 m³/s). Num total de 74,2 m³/s. (Custódio, 2015)

Considerado um dos maiores sistemas produtores de águas do mundo, o Sistema do Cantareira produz até 33m³/s de água, sendo cerca de 24,8m³/s para atender o consumo da população (Jacobi et al., 2015), possui uma área de 228 mil hectares, engloba 12 municípios, sendo 4 deles no estado de Minas Gerais e 8 no estado de São Paulo, suas águas abastecem mais de 46% (aprox. 9 milhões) da população da Região Metropolitana de São Paulo (Instituto Florestal, 2009; Soriano et al., 2016).

O sistema tem como capacidade limite 33m³/s devido à limitação das bombas da Estação Elevatória Santa Inês. São quatro bombas, uma reserva, que tem a capacidade de bombear, cada uma, 11m³/s da represa Paiva Castro para a represa de Águas Claras.

A portaria publicada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) nº 1213, de 06 de agosto de 2004, reduz o direito de outorga de captação de 31m³/s do Sistema Cantareira para 24,8m³/s por 10 anos. No início da seca, a Sabesp estava utilizando 33m³/s devido as regras que possibilitava aumento de captação caso tenha economizado em anos passados (Barifouse, 2014).

Apesar da grande capacidade dos reservatórios que abastecem a RMSP, a quantidade de água disponível é pequena para a crescente demanda da região. Hidrólogos definem a escassez de água com base na relação da população e disponibilidade hídrica. Segundo pesquisa apresentada pela UNESCO, abaixo de 1.700m³ de água por habitante/ano existe uma situação de estresse hídrico, abaixo de 1.000m³ escassez e abaixo de 500m³ “absoluta escassez” (WWAP, 2012). No Estado de São Paulo tem-se 2.209 m³ de água por habitante/ano, na Bacia PCJ cerca de 408m³ e na Bacia do Alto Tietê apenas 200m³ (Sabesp, 2017). A situação da sub-bacia do Alto Tietê, que engloba parte da Grande São Paulo, é tão crítica quanto a do Nordeste semiárido (Théry, Mello-Théry, 2016).

O Sistema Cantareira foi concluído em meados da década de 1980, com uma produção de 33 m³/s, quando a RMSP tinha apenas de 14 milhões de habitantes (em comparação aos atuais 21,4 milhões) e foi o último grande investimento realizado para suprir a demanda de água da região. Depois disso, mais 5,7 m³/s foram acrescentados ao Alto Tietê em 2012, quando já abrigava mais de 21 milhões de habitantes (Neto, 2016).

A produção do Sistema Cantareira provém de 31 mil litros por segundo na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e dois pela Bacia do Alto Tietê, totalizando 33 m³/s. Dos 31 mil litros, 22 mil vêm dos

reservatórios Jaguari-Jacareí, cujas bacias estão majoritariamente dentro do estado de Minas Gerais (Whateley; Cunha, 2007).

Com o intuito de regularizar a situação do uso das águas das bacias vizinhas, evitando que as cidades que dependem das bacias do PCJ sejam prejudicadas em prol da RMSP, em agosto de 2004 foi firmado um acordo, por dez anos, entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento de águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e os comitês das bacias respectivas (São Paulo, 2004), que autorizou uma outorga para serem utilizados no máximo 31m³/s para abastecer a RMSP e 5m³/s reservados para as bacias do PCJ (Custódio, 2015). Entretanto, a região da Bacia PCJ está recebendo diversos incentivos de crescimento econômico e populacional, expandindo cada vez mais o número de indústrias e de produtores agrícolas, que demandam uma grande quantidade de água (Volume Vivo, 2015), que podem trazer problemas de abastecimento para a região em um futuro próximo.

A parte do sistema sob responsabilidade da Sabesp, hoje, conta com as águas do Cantareira (33 m³/s); do Alto Tietê (15 m³/s); do Guarapiranga (14 m³/s) e de vários outros mananciais menores (10 m³/s) perfazendo uma disponibilidade total de 74,2 m³/s, enquanto a demanda está na casa dos 82 m³/s, configurando um déficit de 10 m³/s que corresponde ao consumo de cerca de 3 milhões de habitantes, ou seja, 14% da população da RMSP (Neto, 2016).

A Figura 1 e Figura 2, abaixo, mostra a região dos reservatórios do Sistema Cantareira, composto pelas represas (listadas do norte para o sul): de Jaguari-Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro. Desta última, a água é levada pela Estação Elevatória Santa Inês até a estação de tratamento de água (ETA) Guaraú, de onde é distribuída água potável para a RMSP.

Uma análise da paisagem realizada por Vieira e Vieira, mostra que a região do Cantareira é majoritariamente composta por silvicultura e pastagem (81,4%), enquanto a vegetação natural ocupa uma pequena área do total (15%) e os corpos d'água cerca de 3%. Dentre as Áreas de Proteção Permanentes (APPs), que deveriam totalizar 3.557 ha, grande parte é ocupada por pastagem (41,7%) e Silvicultura (31,8%), restando apenas uma pequena parcela (26,2% ou 933 ha) presentes protegendo os corpos d'água (Vieira; Vieira, 2016). O uso dessas áreas por pastagem configura risco potencial para a manutenção do balanço hidrológico e preservação do tempo de residência de água no sistema (Rodrigues; Villela, 2015). As APPs têm função essencial na preservação dos recursos hídricos, visto que formam uma espécie de “barreira” que os isola de impactos externos, como o assoreamento, causado pela erosão superficial do solo, e a poluição por produtos químicos transportados pelo ar. Funciona também como corredor ecológico para trânsito da fauna e flora por um grande território, protege a estabilidade do solo e a biodiversidade dos rios e florestas. Tudo isso garantiria um ecossistema mais equilibrado nos reservatórios, resultaria em uma produção de água mais eficiente, com maior qualidade para consumo, assegurando o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2011).

O objetivo primordial das APPs é a conservação de processos naturais e de biodiversidade, adequando as atividades humanas às características ambientais da área. O fato de apenas 25% do Sistema Cantareira ter a proteção mínima indicada pelo Código Florestal é extremamente preocupante, pois prejudica a produção de água do sistema, que já é superexplorado (São Paulo, 2017).

Figura 1. Estrutura de represas do Sistema Cantareira (fonte: Brasil, 2017)

Na região, existem dois Parques Estaduais e três Áreas de Proteção Ambiental (APA). O Parque Estadual do Juquery, que fica à beira da Represa Paiva Castro, e o Parque Estadual do Cantareira, que fica ao norte de Garulhos e da Cidade de São Paulo, separando a região hidrográfica do Cantareira da cidade.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei no 9.985/2000), existem 12 categorias e 6 classes de unidades de conservação. Os Parques Estaduais se enquadram na Classe 2, que possibilita o uso potencial de sua área apenas para atividades de pesquisa científica e visitação, é a segunda classe com maior preservação.

Os parques estaduais têm importante função de proteção das margens dos rios e represas que abastecem a RMSP. O Parque Estadual da Cantareira foi criado em 1963 com o objetivo de garantir a produção de água para a RMSP por meio das represas do Engordador, Barrocada e Cabuçu. As represas, que captam água da Serra da Mantiqueira, formam apenas uma pequena parcela da produção de água do Sistema Produtor de Águas do Cantareira. O Parque Estadual do Juquery também foi criado, em 1993, com o intuito de proteção dos mananciais do Sistema Cantareira, sendo o último fragmento de cerrado da RMSP.

As APAs são de Classe 6, de menor conservação, permitem um amplo número de usos de atividades (exemplo: agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural), porém com uma orientação para o uso sustentável (Gurgel et al., 2009). Essas áreas têm um grande desafio em balancear a conservação da natureza com as atividades econômicas do local (Hoeffel et al., 2008).

Figura 2. Mapa do Sistema Cantareira, com municípios (fonte: Richards et al., 2017)

A APA do Sistema Cantareira, instituída pela Lei Estadual no 10.111/1998, abrange os municípios de Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista. O objetivo de criação dessa APA foi a manutenção do Sistema Cantareira de Águas, que abastece a RMSP e regula o abastecimento da Região Metropolitana de Campinas (Hoeffel et al., 2008).

Como podemos observar no Quadro 1, abaixo, até 2007, apenas uma pequena parcela (0,5%) da área do Sistema Cantareira, encontrava-se protegida, pois nenhuma das APAs estava regulamentada (Whateley; Cunha, 2007). No ano de 2008 a APA Fernão Dias finalizou seu plano de manejo, elevando a área do sistema que possui regulamentação ambiental para pouco mais de 45% de sua área total. Entretanto, esse aumento se deu exclusivamente no Estado de Minas Gerais, pois as APAs do Cantareira e do Rio Piracicaba e Juqueri-Mirim (Área II) continuam sem conselho gestor e plano de manejo ambiental.

Uma pesquisa realizada em 2007, sobre o uso do solo da área de contribuição do Sistema Cantareira, observou que aproximadamente 40% estavam ocupadas por florestas em diferentes estágios de sucessão, 38,8% por pastagens e áreas urbanas, 11,5% por reflorestamento predominantemente de eucalipto e 4% por represas e cursos d'água (Ipê, 2012; apud Chiodi et al., 2013). Esse tipo de uso possui risco potencial para a manutenção do balanço hidrológico da bacia, prejudicando a preservação e o tempo de residência da água no sistema (Rodrigues; Villela, 2015).

UC	Área total (ha)	Área inserida no Sistema (ha)		Decreto de criação	Situação atual ⁽³⁾
		Área ⁽¹⁾	% ⁽²⁾		
APA do Rio Piracicaba e Juqueri-Mirim (Área II)	349.121	97.299	28	Decreto Estadual nº 26.882, de 11 de março de 1987; Lei Estadual nº 7.438 de 14 de julho de 1991	Não regulamentada e sem colegiado gestor.
APA Fernão Dias	180.007	102.059	57	Decreto Estadual de Minas Gerais nº 38.925, de 17 de julho de 1997	Possui conselho consultivo, plano de gestão ambiental em elaboração
APA Sistema Cantareira	253.298	124.568	49	Lei Estadual nº 10.111, de dezembro de 1998	Não regulamentada e sem colegiado gestor.
PES Juquery	1.925	457	24	Decreto Estadual n.º 36.859/93 e 44.099/99	Sem plano de manejo e conselho gestor.
PES Turístico da Cantareira	7.482	834	11	Decreto Estadual nº 41.626/63	Possui plano de manejo de 1974 e conselho consultivo.

Quadro 1. Informações das unidades de conservação da região do Sistema Cantareira, com hectares totais, área inserida no Sistema e situação legal no ano de 2007 (fonte: Whateley; Cunha, 2007)

Entretanto, sabe-se que as represas do sistema sofrem diversos tipos de impactos de atividades econômicas. Destacam-se como mais impactante a pecuária bovina, criação de suínos, olarias, mineração, o processo de urbanização e o crescimento do segmento turístico, que atingem as margens das represas (Hoeffel et al., 2008).

1.5. A crise hídrica da RMSP e a Sabesp

Para Soriano (2016), o momento que melhor expressa o início do impacto da seca (incluindo pelo viés socioeconômico), é quando o volume útil do reservatório se esvai, ou momento exatamente anterior ao qual a reserva técnica começa a ser utilizada.

Mas não podemos dizer que o início da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo se deu no momento que começou a utilização do volume morto. A crise se consolida nesse momento, mas anos antes indícios de dificuldades no abastecimento da região metropolitana são apontados, inclusive pela própria Sabesp.

Marengo et al. (2015) consideram que foi uma “crise anunciada”, em função da crescente demanda, dos avisos de especialistas e do histórico de problemas hídricos recentes (por exemplo, a crise do apagão em 2001/2002).

Em 2004, no momento de renovação da outorga da distribuição de água retirada do Sistema Cantareira pela Sabesp, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) apontava que eram

necessárias novas soluções para diminuir a dependência em relação a este sistema, devido ao grande crescimento da demanda da RMSP. Em 2013, a nota técnica DPMA/DGAC 01-2013, do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), apontava possível colapso do sistema, que em 2013 teve o período mais crítico de sua capacidade, até então, com 1% de armazenamento do volume útil (Artigo 19, 2014).

Estudo realizado por Marengo e Alves (2015) expõe a causa natural da crise hídrica:

Em verdade, trata-se de anomalias na circulação de verão que afetam o padrão de chuvas na região Sudeste do Brasil, modificando o transporte de umidade que vem da Amazônia, as brisas marítimas que do Oceano Atlântico Sul e a ação dos sistemas frontais que vêm do sul do Brasil.

Entretanto, é importante também apontar que a crise hídrica foi gerada por uma conjunção de fatores, entre eles, o evento climático extremo (como observado em 2001 e agora em 2014-2015), agravado pelo gerenciamento falho dos recursos hídricos, que pode ser caracterizado por problemas de gestão, falta de integração dos recursos hídricos, saneamento e previsão de desastres naturais, degradação das fontes de água, falta de participação e controle social (Aliança pela Água, 2015; Jacobi et al., 2015b; Marengo; Alves, 2015).

Além desses fatores Custódio (2015) apresenta outro aspecto relacionado indiretamente à crise, porém de extrema relevância quando se pensa no abastecimento da RMSP. Segundo o autor, a crise real é causada pela poluição dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê (que chegam a 82 m³/s no Rio Tietê), limitando em muito a capacidade de abastecimento doméstico de água na região metropolitana. “Diríamos que é uma crise antiga, revestida de elementos novos, pois o histórico de abastecimento de água em São Paulo é repleto de crises.” (Custódio, 2015)⁶.

É possível observar, também, que o volume de água do sistema cai desde o segundo semestre de 2013, chegando a 50% de sua capacidade entre agosto e setembro de 2013. Portanto, não podemos dizer que foi uma crise inesperada, ou não notificada pelos órgãos oficiais.

A Sabesp é a empresa responsável pela distribuição de água na Grande São Paulo, fundada em 1973 na lógica de cobrança pelos serviços de distribuição de água⁷, incorporando diversas empresas da região fundadas entre 1968 e 1973, que forneciam água e coletavam o esgoto da RMSP, Vale do Ribeira e Baixada Santista (Custódio, 2015).

---

⁶ O artigo de Custódio (2015), faz extensa discussão sobre os conflitos do uso e abastecimento de água desde 1774. Apresentando aspectos do uso dos chafarizes, incômodos e situação do Rio Tietê, conflitos do uso da água para geração de energia elétrica entre outros. Podemos dizer que a crise hídrica é gerada por uma relação de fatores que incluem a falta de gerenciamento dos recursos hídricos, e morosidade da concessionária Sabesp, e a escassez de chuva, em razão da primavera e verão atípicos entre 2013/2014 e 2014/2015 (Jacobi et al., 2015b; Marengo et al., 2015b).

⁷ Propostas de criação de empresas de coleta e distribuição de água de economia mista, surgem na década de 50, com o início das políticas liberais, apoiada nos princípios de que a água consumida deve ser paga e que era preciso tarifas sociais para pessoas de baixa renda.

Em 1995, a Sabesp se torna empresa de capital aberto, empresa de economia mista, fazendo a oferta pública de suas ações em 2002, na bolsa de valores de Nova York, que hoje detém 24,0% dessas ações, contra 25,7% da BM-Bovesp e 50,3% de ações do governo do estado de São Paulo. Consolida-se, assim, a empresa pública de capital aberto que têm como o objetivo primário, como qualquer empresa que participe do mercado de ações, aumentar os dividendos dos acionistas (Neto, 2016; Rodrigues; Villela, 2015). A Sabesp, então, prioriza investimentos de caráter preventivo, que se demonstraram ineficientes em momentos de evento climático extremo, como de 2002 e 2014, para suprir a demanda crescente da capital.

A empresa investiu apenas 56% do que havia previsto, no período de 2008 a 2013, para aumentar a oferta de água na RMSP (Gerarque, 2014), mas não deixou de ter lucro líquido, nem de fazer repasse de 253 milhões aos acionistas no primeiro ano da crise de 2014/2015 (Resk; Leite, 2015). Entre 2003 e 2013, teve um lucro líquido de mais de 13 bilhões, repassando aos acionistas mais de 4,3 bilhões, sendo 1 bilhão a mais do que o exigido por lei e pelo estatuto social da Sabesp de no mínimo 25% sobre o lucro líquido (Alves; Damasceno; Correia, 2014).

As ações da Sabesp no período da crise priorizaram medidas imediatistas e de socorro ao Sistema Cantareira, planejando interligações e transposições de outros rios e bacias: “(i) interligação do Sistema Rio Grande com o Sistema Alto Tietê; (ii) transposição de águas da bacia do rio Paraíba do Sul (nordeste da bacia do Alto Tietê) para o Sistema Alto Tietê; (iii) construção de um novo sistema, o São Lourenço, com águas provenientes da bacia do Ribeira do Iguape/Litoral Sul, a sudoeste da bacia do Alto Tietê” (Custódio, 2015).

Anteriormente ao início da crise, maiores investimentos de infraestrutura no sistema de distribuição eram necessários, mas não foram feitos, somados à superexploração dos mananciais da região e ausência de preservação ambiental nas bacias são as principais causas dos baixos níveis dos reservatórios (Aliança Pela Água, 2015).

Como medida política, o Governo do Estado, para não adotar o racionamento em ano eleitoral, tomou medidas paliativas que evitavam maior desgaste do sistema, mas sem efetivamente corrigir o problema: (i) dar bônus (descontos) aos consumidores que economizassem água; (ii) utilização de água do Sistema Alto Tietê; (iii) redução na pressão da água distribuída à noite; (iv) perfuração de mais poços artesianos; (v) utilização da reserva técnica, também chamada de “volume morto” do reservatório do Cantareira (Oliveira Filho, 2015).

As ações tomadas pelo Governo do Estado e pela Sabesp são soluções polêmicas, priorizando o empréstimo de recursos de bacias vizinhas, criando conflitos entre os governos estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro; entre comitês de bacia do Alto Tietê e Ribeira do Iguape/Litoral Sul, e os moradores de outras regiões. Ambientalistas também denunciaram que as obras em andamento não obedeceram aos trâmites usuais de levantamento dos impactos ambientais, ignorando os essenciais Estudos de Impacto Ambientais (EIA), sendo aprovadas às pressas (Custódio, 2015). Ignorando, também, os princípios básicos da transparência, ocultando informações quanto ao racionamento e rodízio, deixando a população afastada do processo decisório.

Apenas após exigência feita pelo Ministério Público, o governo do estado de São Paulo e a Sabesp disponibilizaram as informações sobre os riscos dos reservatórios e os índices do Sistema Cantareira. A transparência é um dos aspectos fundamentais para garantir a participação pública nos processos decisórios, para que os atores interessados possam se apropriar da problemática e se engajar na busca por soluções e mitigações dos problemas.

Quando observamos a atuação do governo do estado de São Paulo diante da crise hídrica, vemos que a posição tomada é absolutamente contrária ao que se espera para obter-se uma boa governança da água. Com um discurso absolutamente técnico e centralizador, o estado de São Paulo afasta qualquer integração com a população podando o envolvimento da sociedade na discussão, tanto da causa da crise, como também das possíveis soluções para o enfrentamento do problema (Jacobi et al., 2015b).

Com isso, a problemática da crise hídrica da RMSP, apresenta uma “oportunidade para repensarmos o modelo atual de gestão da água”(Jacobi et al., 2015b), visto que o cenário de incertezas e desconfiças em relação aos gestores públicos que se esquivam em dar respostas concretas à sociedade civil sobre a situação da distribuição de água, diversas iniciativas surgiram com o intuito de mapear atores, propor melhorias e contribuir no enfrentamento da crise da água em São Paulo, como a Aliança pela Água e a Assembleia Estadual da Água, e a criação de um manifesto pela água.

2. O DISCURSO AMBIENTAL DA FOLHA DE S. PAULO

2.1. Caracterizando os materiais e métodos

2.1.1. Referencial teórico: o enquadramento do ambiente natural e análise crítica do discurso

Para entender a abordagem da Folha de S. Paulo sobre a crise hídrica que atingiu a RMSP, nos anos de 2014 e 2015, faz-se necessário realizar uma análise das notícias publicadas. Do texto é possível identificar aspectos proeminentes, ou excluídos, que expõem a mensagem que o escritor, ou organização, quer transmitir.

A análise de um texto pode revelar as influências econômicas, culturais, políticas e intenção dos jornalistas, uma vez que são aspectos que afetam o texto diretamente. Além da manipulação proposital, existe uma influência subjetiva do sujeito que o escreve, principalmente pautada no contexto em que o texto é escrito. Segundo van Dijk: “O contexto é visto como uma ponte sobre a qual se estabelecem relações entre as estruturas sociais e as estruturas discursivas” (Oliveira, 2013, p. 317). É a representação mental da situação social, na qual as pessoas interagem para produzir e compreender os textos escritos ou falados.

Uma ferramenta teórico/metodológica que possibilita essa análise é a identificação categórica do enquadramento/*frames* que o texto possui. Mas o que são *frames*? O arcabouço cognitivo com o que interpretamos as informações recebidas de um determinado assunto é um tipo de enquadramento (ou *frame*).

Segundo Lakoff (2010), os *frames* incluem funções semânticas, relações entre funções e relações com outros *frames*. Por exemplo, quando ativamos o *frame* relacionado com hospital, inclui as funções: doutor, médico, enfermeira, paciente, recepcionista, sala de operações, sala de recuperação etc. Entre as relações entre funções, ativa-se algo como: “médicos operam pacientes na sala de operações”. Quando recebemos informações sobre o meio ambiente, por exemplo, é normal relacionarmos com nossas experiências e concepções prévias do que conhecemos do que é o ambiente natural, mas também relacionamos à lógica econômica, pois uma informação não ativa necessariamente um único tipo de enquadramento (Lakoff, 2010).

O enquadramento também é a seleção de certos aspectos de percepção da realidade, ressaltando-os no texto comunicativo, e muitas vezes ocultando outros, provocando no receptor: “uma definição particular de um problema; avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, tradução livre).

Quando tratamos das questões ambientais, é possível observar diversas distorções sistemáticas nas mensagens da comunicação de massa. Shanahan e McComas (1999)⁸, por exemplo, mostram que os discursos midiáticos cultivam na audiência ideias contrárias ao ambientalismo, que refreiam a mobilização social e mantêm os leitores ignorantes em relação às questões ambientais.

Essas ideias contrárias não acontecem por acaso, mas por uma distância entre nossa sociedade e o ambiente, que é visto como algo “fora” ou “ausente” de nossa vida. Mais especificamente, segundo Lakoff (2010), podemos dizer que sofremos de hipoconhecimento quando tratamos o ambiente, e a razão disso é que quando tratamos do ambiente, estamos também falando sobre outras áreas como: alimentação, energia, segurança, saúde e economia. Por isso, nos falta um arcabouço de *frames* que capture a realidade da situação ambiental.

Quando falamos do ambiente, nosso sistema cognitivo faz relações com os mesmos *frames* da economia. Segundo George Lakoff (2010), ambos os temas são tratados pela lógica do livre mercado em que ganância é uma coisa boa e o mundo natural está disponível para enriquecimento pessoal de curto prazo. Essa lógica está diretamente relacionada com as políticas que são definidas para o meio ambiente, entretanto, “política” não está relacionada no *frame* Ambiental. Pode parecer uma contradição, mas não é. Quando pensamos em ações ambientais, pensamos nas ações individuais: O que nós, indivíduos podemos fazer? Usar menos energia? Reciclar? Usar transportes menos poluentes? Consumir orgânicos? Consumir de vendedores, produtores locais? Comprar painéis solares? Por mais necessárias que sejam a ação e a pressão política para mitigarmos o impacto ambiental da sociedade e alterar nossa relação com o ambiente natural, dificilmente *frame* político é ativado quando pensamos nas ações ambientais. “Em grande medida, as ações governamentais sobrepujam e definem as ações individuais. Quando nós pensamos no ambiente, nós deveríamos estar pensando em envolvimento político” (Lakoff, 2010).

Uma análise do enquadramento (*framing*) pode expor essa distorção sistemática, proposital ou não, trazida pelo autor de um texto comunicativo. Na construção jornalística de um texto, podemos observar como a seleção, exclusão ou ênfase de um determinado aspecto ou informação, podem direcionar a percepção da realidade. Essencialmente, para se aplicar essa análise, é necessário observar o que é selecionado e proeminente no texto.

Portanto, os enquadramentos funcionam exaltando certas informações, levando o leitor à determinada interpretação dos fatos. Vale ressaltar que “o enquadramento pode chamar atenção para alguns aspectos da realidade enquanto obscurece outros elementos, o que pode conduzir a audiência a diferentes reações” (Entman, 1993, tradução livre), por isso temos que estar atentos não apenas ao que é proeminente, mas também às informações, ou opiniões, que não são citadas, pois estes dados podem ser tão importantes para entender a distorção da notícia quanto os que foram apresentados.

Para fazer a análise desse trabalho utilizei três tipos de enquadramentos. Dois deles (político e temático) são apresentados no livro “Jornalismo Público” de Danilo Rothberg (2011), o terceiro, o

---

⁸ A teoria do cultivo desenvolvida por George Gerbner é utilizada por esses autores para analisar o discurso ambiental nos meios de comunicação.

enquadramento de responsabilidade, criado para categorizar notícias que não se adequam àqueles utilizados por Rothberg. Essas ferramentas facilitam visualizar quais aspectos do texto estão sendo exaltados, “oferecendo uma maneira de descrever o poder de um texto comunicativo” (Entman, 1993).

Em primeiro lugar, temos o que chamaremos de Enquadramento Político, que Rothberg (2011) divide entre quatro tipos diferentes de enquadramentos:

Jogo ou corrida de cavalos: o discurso está focado nas chances de vitória e derrota no pleito eleitoral.

Estratégico: as ações e decisões dos políticos são apresentados como jogadas estratégicas, bem pensadas e ocultadas pelo político, mas revelado pelo jornalista.

Episódicos: os fatos apresentados são desconectados do contexto, como se fossem circunstanciais ou temporários.

Conflito: negligencia-se os aspectos referentes à administração pública, sem apresentar antecedentes, critérios etc., dando maior enfoque aos choques de oposição e a dinâmica de poder entre os partidos políticos ou aliados.

Esses tipos de construção do discurso, de enquadramento político, não contribuem na discussão para resolver os problemas da sociedade, não tratam das complexidades envolvidas nas decisões e afastam os cidadãos de entenderem e quererem participar da política e espaços de tomada de decisão.

Em contrapartida, o enquadramento temático expõe a complexidade dos aspectos envolvidos em seu devido contexto, relaciona os fatores históricos, possibilita que as diversas vozes sejam contempladas na discussão e examina as macrotendências das decisões políticas tomadas (Rothberg, 2011).

Observei que há também um enquadramento de responsabilidade, quando o culpado pela crise de abastecimento (ou por sua superação) é o meio ambiente (no caso da ausência de chuvas) ou o usuário (por não consumir conscientemente), tratando a questão ambiental desvinculada da responsabilidade das empresas e órgãos públicos.

Complementar a isso, utilizei a metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD), que está interessada principalmente no abuso de poder que resultam em desigualdades e injustiças sociais. Segundo Norman Fairclough, a análise de um evento comunicativo é a análise das relações entre as três dimensões desse evento, que ele chama de “texto, prática discursiva e prática sócio cultural” (1995, p. 57).

Para se entender as relações e disputas de poder dentro de um evento comunicativo, é necessário entender essas três dimensões. No texto, é possível analisar o vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na prática sociocultural são identificadas as ideologias e as disputas hegemônicas que são debatidas no texto, sendo possível entendê-lo com uma análise da ação histórica e socialmente situada.

A prática do discurso faz a conexão entre as duas anteriores, analisando os meios de produção, distribuição, consumo, contexto, força, coerência e intertextualidade. O discurso, então, se torna apenas um momento das práticas sociais (Resende, 2010). A investigação dessas práticas leva à investigação da ideologia que constituiu o discurso. Não se pode pressupor que essa ideologia esteja clara nem mesmo para os próprios criadores do discurso (Fairclough, apud Oliveira, 2013, p. 290).

Com tripé teórico que compreende: estruturas sociais, estruturas discursivas e contexto sociocognitivo, Teun van Dijk dá maior importância para o contexto dos eventos discursivos. Semelhante à teoria de Fairclough, o autor traz o discurso como um objeto de estudo que está situado também social, cultural, historicamente e politicamente (Oliveira, 2013).

Para Teun van Dijk, o trabalho deve ir além de uma “análise” do discurso e se aprofundar em um “Estudo Crítico do Discurso” (ECD). Segundo o autor é necessário um estudo do contexto em que aquele discurso está inserido, para se entender as relações sociais existentes entre o texto e a realidade e, a partir daí, investigar de que modo uma entonação específica, uma manchete, uma chamada, uma montagem de título, uma imagem, uma metáfora, uma citação, “entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade” (2008, p. 9).

O ECD busca identificar, expor e trazer soluções para o uso ilegítimo do poder discursivo, que prejudica os grupos dominados e traz mais poder aos grupos dominantes. Existe então o uso ilegítimo do poder discursivo, se o discurso ou suas possíveis consequências sistematicamente violam os direitos humanos ou civis das pessoas (Dijk, 2008, p. 32). Isso acontece em diversos discursos ambientais, que não defendem um ambiente natural equilibrado e preservado, como o discurso da grande mídia sobre a crise hídrica do Estado de São Paulo, que prejudica o cidadão a ter consciência de seu direito a água potável, protegendo os administradores dos recursos hídricos.

Assim, a análise crítica do discurso busca identificar um problema social, explorá-lo por essa linha teórica, buscando identificar as relações ideológicas de poder existentes, com objetivo final de empoderar os mais prejudicados. O poder vai além do uso da força bruta, estando também na capacidade de manipulação do discurso, de quem tem acesso à produção da notícia, quem é entrevistado ou citado, quem é convidado para uma entrevista coletiva, entre outros diversos tipos de controle do discurso que estão, normalmente, em busca da manutenção da ideologia dominante.

Após esta breve revisão, podemos afirmar que a cobertura dos temas ambientais pode apresentar importantes distorções, que merecem investigação científica crítica para sua avaliação. Estas distorções podem ocorrer de modo sistemático, despolitizando o debate e levando o público à desinformação. Em muitos casos, os veículos de mídia não trabalham para um ambiente público e democrático, mas são guiados por interesses particulares ou privados, que podem ser expostos por meio de uma análise complexa do texto.

2.1.2. Método de levantamento de dados

Com o objetivo de discutir como a Folha de S. Paulo debate a questão ambiental, esse trabalho utiliza como objeto de estudo as reportagens sobre a crise hídrica de 2014 e 2015 da cidade de São Paulo. Ao analisar as notícias, por meio das metodologias teóricas já apresentadas, pretendo identificar as relações de poder defendidas pelo jornal.

Portanto, foram levantadas as notícias do jornal digital da Folha de S. Paulo, que fizeram cobertura dos acontecimentos acerca da crise hídrica que atingiu a região metropolitana de São Paulo nos anos de 2014 e 2015.

Para coletar as notícias, utilizei a ferramenta de pesquisa do próprio site da Folha, que possibilita filtrar a busca por período, seção e caderno. Utilizando as palavras chave: “crise hídrica”; “sabesp” e “sistema cantareira”; que acredito que sejam palavras centrais quando se trata sobre a questão da água e a região metropolitana de São Paulo. É improvável que notícias relacionadas ao tema não citem o órgão gestor responsável pela distribuição de água da cidade e/ou o principal sistema de abastecimento da região. Além disso, o Sistema Cantareira foi utilizado como base de medição da gravidade da crise e mesmo em notícias que apresentavam a situação dos outros sistemas ou reservatórios, este era citado como medida de comparação.

Pesquisei mês a mês, no período de janeiro de 2013 até dezembro de 2016, em todos os cadernos exclusivos do meio digital. Levantei notícias de 2013 até 2016 para verificar também como o jornal cobria o tema antes do início da crise hídrica e como se seguiu após o retorno da estabilidade do sistema de abastecimento. Após o levantamento, realizei uma triagem das notícias que apresentavam as palavras chaves, mas não tratavam especificamente sobre a crise ou citando-a de maneira superficial, para discutir outro assunto.

Decidi fechar meu objeto de estudo nos artigos digitais, pela ascensão do jornalismo digital nos últimos anos (Dalmonte, 2009). Ao analisar a literatura, encontrei alguns trabalhos que realizaram pesquisa similar sobre o tema, mas nenhum que teve um escopo que propus. Sobre a cobertura jornalística sobre a crise hídrica pela ferramenta do Google Notícias (Martirani; Peres, 2016), com foco no jornal Estadão (Colussi; Miguel, 2015) e da Folha de S. Paulo, de julho a dezembro de 2014 (Lopes, 2016).

No total, obtivemos 1521 notícias que trataram do tema, nos cadernos: Cotidiano, Colunistas, Colunas, Cenários 2017, Eleições 2014, Opinião, Ilustríssima, Poder, BBC, BBC Brasil, Mercado, Blog, Rede Social, Seminários Folha, TVFolha, Serafina, Turismo, Ciência e Ambiente; As notícias podem estar também relacionadas a cadernos especiais, como Crise da Água ou Eleições 2014.

Uma segunda triagem foi realizada retirando as notícias que foram publicadas exclusivamente em alguns cadernos. As notícias da Revista da Folha foram excluídas por serem redigidas com o objetivo de publicar em meio físico, saindo do meu escopo do meio digital. O caderno F5 não foi incluído por ser um caderno de comédia, não contendo o gênero jornalístico que buscava analisar. Os comentários dos leitores, publicadas no Painel do Leitor, também foram retirados por não representarem o discurso dos jornalistas da folha, e consequentemente do próprio jornal.

Pode-se argumentar que as notícias publicadas no Painel do Leitor representam a triagem ideológica que o jornal faz, escolhendo quais comentários são aprovados pelo editorial e são publicados e quais são censurados. Mas como não tenho acesso a todos os comentários enviados pelos leitores à Folha, não tenho como concluir se existe essa triagem apenas pelos comentários publicados. Além disso, observei também que os diversos artigos publicados no Painel do Leitor possuíam de fato opiniões diversas, muitas vezes contrárias, sobre os assuntos, às vezes inclusive criticando o próprio jornal. Por

isso, decidi não utilizar os comentários sobre a crise hídrica deste caderno, sendo textos não representativos do meu objeto de estudo.

Ao realizar o levantamento das notícias, foram selecionadas algumas informações a fim de categorizá-las. Das notícias selecionadas, coletei os seguintes dados: caderno, caderno especial (quando aplicável), título, autor (segundo e terceiro autor, quando aplicável), data, hora, data atualizada (quando aplicável), link e data de acesso (para fins de citação e controle).

Apenas uma informação entre as informações estruturais, constava nas notícias e não foi coletada: o número de compartilhamento da notícia nas redes sociais. Como meu objetivo é analisar o discurso da Folha de S. Paulo e não a aceitação ou concordância dos seus leitores e assinantes, decidi não coletar esses dados, pois não seria um dado chave na minha análise. Apesar disso, utilizei essa informação na discussão dos editoriais publicados nos meses próximos às eleições de 2014, como um dado complementar às discussões desse recorte específico.

Essa informação já não consta mais no site do jornal. Os “botões” de compartilhamento nas redes sociais ainda podem ser encontrados no cabeçalho das notícias, mas o número de compartilhamento que acompanhava esses “botões” foi retirado na reestruturação do website do jornal em fevereiro de 2018 (Folha de S. Paulo, 2018a).

Com base na metodologia de coleta e revisão teórica apresentadas, foram feitas as análises que serão descritas e discutidas no próximo tópico.

2.2. Discussão dos Resultados

2.2.1. O discurso utilitarista do meio ambiente

As notícias publicadas que tratam sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), foram categorizadas pela Folha de S. Paulo nos seguintes cadernos: Ambiente, BBC, BBC Brasil, Blog, Colunistas, Cotidiano, Ciência, Cenários 2017, Colunas, Eleições 2014, Ilustríssima, Mercado, Opinião, Poder, Rede Social, Seminários Folha, TVFolha e Turismo. Por vezes, as notícias também eram classificadas em um caderno especial, entretanto isso não é obrigatório. Além disso, duas notícias podem ser classificadas em cadernos diferentes e no mesmo caderno especial. No total, foram analisadas 1520 notícias (Quadro 1).

O editorial é o local onde o jornal expõe sua opinião sobre os tópicos mais relevantes em debate. No caso da Folha de S. Paulo, os editoriais são publicados dentro do caderno “Opinião”, sempre às 02h00 da manhã, mostrando que é uma notícia programada, isto é, escrita durante o dia anterior e configurada no site para ser publicada nesse horário.

O maior número de notícias está publicada no caderno Cotidiano 1256 (82,6%). Entre os cadernos especiais, o caderno Crise da Água possui o maior número de notícias (811) sendo quase sua

totalidade dentro do caderno Cotidiano. O segundo caderno com maior número de publicações é o caderno Opinião, com 100 (6,6%) notícias, sendo o Editorial maior responsável por esse número.

Interessante observar que o caderno Ambiente possui uma representação quase inexistente quando se trata sobre o tema da crise hídrica. Por mais contraditório que isso possa parecer, apenas quatro notícias foram publicadas no caderno supracitado nos quatro anos analisados.

É possível observar, segundo essa categorização das notícias, que para a Folha de S. Paulo o tema “crise hídrica” se enquadra mais em questões habituais, do que com questões ambientais. Segundo o próprio site da Folha de S. Paulo, a classificação das notícias do caderno cotidiano é:

COTIDIANO: Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia a dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. (Folha de S. Paulo, 2018b)

Não categorizar a crise hídrica para ser debatido no caderno ambiental, afasta o entendimento do leitor do que é o ambiente natural. A concepção de que as questões referentes ao tema são importantes para o dia a dia dos moradores da região afetada está correta – o que justifica até a categorização no caderno Cotidiano; entretanto as questões ambientais, em especial aquelas relacionadas diretamente com políticas públicas (como de abastecimento de água, áreas protegidas etc.), possuem uma discussão profunda em torno da superação dos problemas ambientais, relacionadas não apenas com o ambiente em si, mas também com questões políticas, econômicas, de mobilidade, saúde e segurança pública.

Ao deixar os temas ambientais, como observado com as notícias referentes à crise hídrica, dentro do caderno Cotidiano, elas ganham um caráter descritivo e informativo raso, sem relacionar as complexidades acima citadas. Trazer o tema para o caderno Ambiente possibilitaria um espaço para trabalhar com mais profundidade o tema, possibilitando ao leitor compreender que a “crise hídrica” não é causada apenas pelo nível da represa e falta de chuvas, mas por diversas decisões de investimento público tomadas em diversas áreas, sendo isso o que poderíamos chamar de notícia de enquadramento temático.

O jornal traz as questões ambientais como “curiosidade” ou “avanços científicos”, como pode-se observar pela própria categorização da Folha de S. Paulo ao colocar o caderno “ambiente” não como uma das seções estruturais do jornal, sendo subordinada à seção Ciência, que trata sobre:

CIÊNCIA + SAÚDE: Notícias sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes nas áreas científica e médica no Brasil e no mundo, com especial atenção para o didatismo e para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos. Também serviços e reportagens para melhorar a saúde e o bem-estar. (Folha de S. Paulo, 2018b)

Caderno	Quantidade	%	Caderno	Especial	Quantidade	%
Ambiente	4	0,3%	Ambiente	-	3	0,2%
BBC	3	0,2%	Ambiente	Crise da Água	1	0,1%
BBC Brasil	2	0,1%	BBC	-	3	0,2%
Blog	29	1,9%	BBC Brasil	-	1	0,1%
Colunistas	42	2,8%	BBC Brasil	Crise da Água	1	0,1%
Cotidiano	1256	82,6%		#hastag	1	0,1%
Ciência	1	0,1%	Blog	Maurício Tuffani	19	1,3%
Cenários 2017	1	0,1%		Mural	3	0,2%
Colunas	1	0,1%		Painel	6	0,4%
Eleições 2014	10	0,7%		-	28	1,8%
Ilustríssima	1	0,1%	Colunistas	Convidados	3	0,2%
Mercado	19	1,2%		Mercado Aberto	1	0,1%
Opinião	100	6,6%		ex-colunistas	10	0,7%
Poder	41	2,7%		-	447	29,4%
Rede Social	1	0,1%		Crise da Água	804	52,9%
Seminários Folha	4	0,3%	Cotidiano	Dia mundial da água	3	0,2%
TVFolha	4	0,3%		Retrospectiva 2014	1	0,1%
Turismo	1	0,1%		Análise	1	0,1%
Total de Notícias	1520	100%	Ciência	Crise da Água	1	0,1%
			Cenários 2017	-	1	0,1%
			Colunas	Empreendedor social	1	0,1%
			Eleições 2014	-	10	0,7%
			Ilustríssima	-	1	0,1%
			Mercado	-	15	1,0%
				Crise da Água	4	0,3%
				-	28	1,8%
			Opinião	Editorial	51	3,4%
				Tendências/debates	21	1,4%
				-	25	1,6%
			Poder	Eleições 2014	14	0,9%
				Folha 94 anos	2	0,1%
			Rede Social	-	1	0,1%
			Seminários Folha	-	4	0,3%
			TVFolha	-	4	0,3%
			Turismo	-	1	0,1%
			Total de Notícias		1520	100%

Quadro 2. Quantidade de notícias coletadas da Folha de S. Paulo, entre 01 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, categorizadas pelo próprio jornal nos Cadernos e Cadernos Especiais.

Trazendo o debate da crise hídrica, as informações relacionadas com políticas públicas, segurança pública, abastecimento de água, planejamento urbano etc., para o caderno Ambiente, também contribui para o entendimento do leitor, que o ambiente natural não é a “natureza intocada”⁹, mas o

⁹ Termo cunhado por Antônio Diegues, para representar o mito contemporâneo de que o ambiente apenas é natural e só será preservado se não houver presença dos seres humanos. “Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza” (Diegues, 2008, p. 53).

espaço que a sociedade convive, inclusive as cidades. O jornal, por optar deixar esse debate fora do caderno Ambiente, reserva a este essa concepção equivocada de natureza, publicando matérias que se limitam a curiosidades e avanços na preservação de florestas, comunidades indígenas, animais silvestres entre outros temas.

O Blog¹⁰ escrito por Maurício Tuffani, de nome homônimo, tem como “foco os bastidores, as decisões políticas e os comentários sobre os temas ciência, cultura, ensino superior e ambiente” (Tuffani, 2018), publicando dezenove notícias durante o período estudado. As matérias publicadas possuem uma perspectiva mais crítica, apontando para o problema da gestão do governo do estado de São Paulo, recuperação dos mananciais e informações enganosas e/ou confusas publicadas pela Sabesp.

Maurício Tuffani escreve notícias de enquadramento temático, trazendo as questões ambientais para a realidade concreta para além de expor a falta de chuvas. Na notícia publicada no dia 30 de março de 2015, apresenta os problemas no discurso do secretário de recursos hídricos de SP, Benedito Braga, defendendo abandonar os “ritos ambientais” para conseguir abastecer a cidade de São Paulo (Tuffani, 2015a). Apresenta também os problemas referentes à transparência da Sabesp durante a crise, desinformando e manipulando os dados do nível do sistema de abastecimento (Tuffani, 2015b), com o intuito de proteger o governo do PSDB nas eleições de 2014 (Tuffani, 2014a) e que dificulta a educação e conscientização da população (Tuffani, 2014b), ao longo de toda a crise hídrica. Essa abordagem mostra que as questões ambientais não estão associadas somente à falta de chuvas, mas também as relações políticas e de gestão existentes no sistema de abastecimento.

O caderno Poder tem um considerável número de notícias sobre a crise hídrica, relacionadas principalmente com as eleições de 2014. Das 41 matérias publicadas, apenas três foram publicadas em 2015 e duas em 2016, mostrando a atenção que o jornal deu ao tema, relacionando às candidaturas do então governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin e da presidente Dilma Rousseff. A análise sobre esse tópico é discutida em maiores detalhes no tópico seguinte deste trabalho.

Ao observar o número total de notícias publicadas ao longo dos quatro anos, vemos dois momentos de “picos” de notícias. O primeiro em outubro de 2014, o segundo em fevereiro de 2015. A Figura 3, abaixo, mostra claramente o período de início da cobertura jornalística do tema e o momento em que ele é deixado de lado, deixando de se tornar matéria prioritária para o jornal.

O pico de outubro de 2014 é caracterizado pelo mês das eleições do mesmo ano, além da autorização da segunda cota do volume técnico, onde o jornal utiliza a crise hídrica dentro do contexto de disputa eleitoral tanto para o governo do estado, como para a presidência da república.

O segundo pico de notícias, no mês de fevereiro de 2015, se dá no momento de leve reabastecimento dos sistemas de abastecimento da RMSP, trazendo certa estabilidade do sistema, apesar da quantidade de chuva ainda serem abaixo do esperado.

---

¹⁰ Os blogs da Folha de São Paulo funcionam como o espaço destinado aos colunistas, entretanto podem ter um ou vários autores responsáveis (como o “#hashtag” e “Mural”) e não têm a obrigatoriedade de publicações constantes e programas.

Figura 3. Número de notícias publicadas sobre a crise hídrica da região metropolitana de São Paulo, divididas por mês no período de 2013 até 2016.

A partir do aumento no nível pluviométrico em janeiro e fevereiro de 2015, o tema começa a cair em desinteresse, o número de notícias gradativamente cai até o final de 2015, quando as chuvas de verão retornam normalmente, como podemos observar na Figura 4, abaixo (Cemaden, 2017), em que a chuva observada de agosto de 2013 até janeiro de 2015 está consideravelmente abaixo da média climatológica esperada, sendo superada timidamente em fevereiro e março de 2015 e estabilizando a partir desta data.

Existe relação inversa entre precipitação mensal e número de notícias publicadas, visto que ao retornar à normalidade de chuvas, o jornal gradualmente se afasta da cobertura do tema. A causalidade pode ser observada no conteúdo das notícias, visto que o jornal relacionou a crise hídrica majoritariamente com a falta de chuvas, com o seu retorno, faz sentido o abandono quase completo da geração de notícias que aponte outros fatores, que já eram pouco trabalhados mesmo possuindo relação direta com a crise hídrica que atingiu a RMSP, como desmatamento e ocupação em áreas de mananciais, falta de planejamento para a construção de novos reservatórios, falta de investimentos para a redução de perdas no sistema de distribuição, poucas políticas de conscientização e falta de abertura para participação da sociedade civil (Aliança pela Água, 2015; Fracalanza; Freire, 2016; Jacobi et al., 2015b; Marengo et al., 2015b; Marengo; Alves, 2015).

Figura 4. Precipitação mensal (mm) na região do Sistema Cantareira. (Fonte: Cemaden, 2017).

2.2.2. Quem e quando: análises dos autores, datas e horários das publicações

Todas as notícias são acompanhadas de informações gerais de publicação: caderno, autor, dia e hora. Esses dados, por mais que sejam categóricos, podem evidenciar informações interessantes relacionado ao conteúdo dessas notícias. Em qual dia, horário e quem são os autores envolvidos no desenvolvimento da notícia, quando se observa um grande número de amostras, podem evidenciar relações dificilmente observadas ao analisar um reduzido número de notícias sobre um determinado tema.

Contra as expectativas iniciais, o horário de maior publicação de notícias é entre 2h00 e 2h59 da manhã, chegando a ultrapassar um terço das notícias totais (Figura 5). Apesar de demandar análise mais profunda, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia - 2014, realizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o horário de menor acesso à internet pelos brasileiros é entre 1h e 6h da manhã (Brasil, 2014, p. 54).

As notícias publicadas no horário da madrugada normalmente são notícias planejadas, escritas ao longo do dia anterior e programadas para publicar na madrugada. É possível perceber isso pela qualidade do conteúdo das notícias, visivelmente diferente das notícias publicadas ao longo do dia, como também demonstrado em análise realizada nos próximos subcapítulos dessa dissertação. Os editoriais sempre são publicados dessa maneira, mostrando que são sempre notícias escritas com maior atenção e dedicação dos jornalistas associados ao corpo editorial.

Figura 5. Número de notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a crise hídrica da região metropolitana de São Paulo, de 2013 até 2016, divididas nas diferentes horas do dia.

Esse planejamento pode ser feito para o *website* da Folha se manter entre os primeiros nos sites de busca, sendo beneficiado pelo algoritmo ao manter publicações constantes ao longo de todo o dia. O pico de notícias de madrugada pode ser justamente por ser um horário de menor movimentação, deixando a página principal do jornal com uma “cara nova” no dia seguinte, atraindo os leitores a explorar as novas notícias pela manhã. Mas como não temos acesso direto aos códigos dos algoritmos dos sites de busca e não podemos confirmar o porquê essas notícias são publicadas às 02h00, essas são apenas hipóteses.

A instantaneidade se torna característica marcante do jornalismo digital (Bradshaw, 2014). Associada a isso a proporção considerável das notícias sem autoria em relação ao total de notícias (Tabela 2) se torna uma ferramenta para os jornalistas se afastarem dos problemas em relacionados a essa “nova” velocidade das notícias. A ausência de autoria talvez se dê pelo risco de informações equivocadas e distorcidas (intencionalmente ou não), nesse processo de publicação imediata dos fatos, ou pela ausência de qualidade dessas notícias, que muitas vezes não possuem contextualização, reflexões e referência aos outros acontecimentos relacionados ao tema.

As notícias publicadas sem autoria e ao longo do dia têm um caráter de furo de reportagem e emergência de publicação. Em comparação as notícias assinadas por jornalistas as notícias sem autoria definida costumam ser publicadas com menor frequência durante a madrugada (aproximadamente 15% delas, contra 45% das notícias com autoria).

Dentre as 190 notícias editadas após sua publicação, 169 foram publicadas no período entre 7h00 e 23h00. Isso explicita a característica de rapidez e urgência das publicações, causando, por vezes,

falhas significativas no texto que demandam edição posterior para corrigir esses erros. As notícias publicadas de madrugada, escritas com mais atenção no dia anterior, dificilmente são editadas.

Entre as notícias selecionadas, pode-se observar quem são os autores que são responsáveis para o tema e aqueles que fazem alguma contribuição pontual. É possível observar o número maior de homens responsáveis pela redação das notícias e, ao analisar sistematicamente por ano e tema, percebe-se que o jornal tem, de fato, mais homens na folha de pagamento e mais publicações dos mesmos (associado à indicação de cobertura, não de produtividade). Esse não é um padrão especificamente deste jornal, mas à profissão de jornalista.

O Projeto de Monitoramento Global dos Meios (GMMP, em inglês), organizado pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC, em inglês), em parceria com a ONU Mulheres, acompanha e pesquisa sobre equidade de gênero nas diversas mídias desde 1995. Segundo o relatório, o continente latino americano conta com 41% dos jornalistas mulheres (47% dos repórteres da imprensa escrita, 36% dos jornalistas de rádio, e 50% dos jornalistas de televisão), sendo que elas são valorizadas pela sua juventude, enquanto os homens, pela experiência — 43% das mulheres jornalistas têm entre 19 e 34 anos, enquanto 14% dos repórteres homens estão neste grupo e 53% dos repórteres homens têm entre 35 e 49 anos, enquanto as mulheres são apenas 33% nesta faixa (Global Media Monitoring Project, 2015).

Quando observamos o número de autores e número de notícias publicadas divididos por gênero¹¹, vemos a falta de representatividade feminina no jornal. O Quadro 3 (abaixo) mostra que o número de notícias publicadas por mulheres, dentre as notícias selecionadas para esse estudo, é consideravelmente menor do que o número publicado por homens em quase todos os períodos analisados.

Entre as notícias publicadas existem diversas notícias que não possuem autoria definida¹², majoritariamente são notícias que se enquadram no jornalismo declaratório. Com conteúdo normalmente descontextualizados, com poucos detalhes, trazendo informações pontuais e específicas, de fatos que aconteceram naquele dia. Por exemplo, trazem atualização do nível da represa ou ações e declarações do ex-governador Geraldo Alckmin e Sabesp.

O número total de jornalistas que cobriram a crise hídrica da RMSP também mostra a falta de mulheres jornalistas na Folha. No período de 2013 até 2016, 31,3% são mulheres, enquanto o número de homens é 61,6% dos repórteres no mesmo período. Analisando ano a ano, o ano de 2015 é onde essa relação fica mais discrepante. O número de mulheres chega a 32 jornalistas (31,4%) enquanto o de homens atinge 67 (65,7%), sendo as mulheres responsáveis por 8,8% das notícias, enquanto os homens 44,3%.

---

¹¹ Para fins dessa pesquisa, se considera “o fato de ser homem ou mulher, especialmente considerando as diferenças sociais e culturais, não as diferenças biológicas”. (Oxford, 2010, p. 644)

¹² Considero “notícias sem autoria definida” as notícias que não tinham nenhuma informação no espaço em que se define o autor e as notícias assinadas por “locais” ou “organizações” como: “de São Paulo”, “BBC Brasil” ou “do Agora”.

		Autores		Notícias	
2013 - 2016	Homens	122	61,6%	613	40,3%
	Mulheres	62	31,3%	174	11,4%
	Editorial	1	0,5%	50	3,3%
	Sem autor definido ¹³	13	6,6%	684	45,0%
2013	Homens	0	0,0%	0	0,0%
	Mulheres	1	20,0%	1	14,3%
	Editorial	1	20,0%	1	14,3%
	Sem autor definido	3	60,0%	5	71,4%
2014	Homens	69	56,6%	278	36,4%
	Mulheres	40	32,8%	105	13,8%
	Editorial	1	0,8%	27	3,5%
	Sem autor definido	12	9,8%	353	46,3%
2015	Homens	67	65,7%	302	44,3%
	Mulheres	32	31,4%	60	8,8%
	Editorial	1	1,0%	18	2,6%
	Sem autor definido	2	2,0%	302	44,3%
2016	Homens	15	57,7%	33	47,8%
	Mulheres	8	30,8%	8	11,6%
	Editorial	1	3,8%	4	5,8%
	Sem autor definido	2	7,7%	24	34,8%

Quadro 3. Número e porcentagem de notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo, de 2013 até 2016, divididas por gênero e ano.

O número de mulheres jornalistas e o número de notícias publicadas por elas quando se retira da proporção as notícias sem autoria definida, ainda é consideravelmente inferior ao dos homens, como podemos observar abaixo na Figura 6 e Figura 7. As mulheres têm uma participação no jornal na ordem de 33%, enquanto participam de 21% das notícias publicadas. Os homens, por outro lado, formam 66% do quadro de jornalistas que fizeram a cobertura desse tema, sendo responsáveis por 73% das notícias.

Como os jornais por vezes indicam jornalistas para ficar responsáveis pela cobertura de um determinado tema, poder-se-ia concluir que apenas homens foram indicados para fazer a cobertura da crise hídrica da RMSP. Entretanto, quando observamos os vinte autores que mais publicaram no período vemos que apenas três nomes de mulheres aparecem (Quadro 4).

Esse fato demonstra que, para além dos jornalistas indicados, entre os outros jornalistas que eventualmente também publicaram notícias sobre o tema, o número de mulheres é consideravelmente inferior ao número de homens.

¹³ Diversas notícias eram assinadas pela localização de onde foi escrita (ex. “de São Paulo”), eram de autoria de algum jornal (ex. “BBC Brasil”) ou não possuíam assinatura de autoria.

Figura 6. Porcentagem de notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo, de 2013 até 2016, divididas por gênero e editorial, excluindo-se as notícias que não possuem autor definido.

Figura 7. Porcentagem de autores de notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo, de 2013 até 2016, divididas por gênero e editorial, excluindo-se as notícias que não possuem autor definido.

É interessante apontar também que o conselho editorial da Folha de S. Paulo é formado exclusivamente por homens: Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Janio de Freitas, Clóvis Rossi, Celso Pinto, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Otavio Frias Filho (secretário) (Folha de S. Paulo, 2018c). Portanto, podemos considerar as notícias e autores dessa categoria também na amostra do gênero masculino, aumentando sua representatividade.

Autor	No de notícias
de São Paulo	631
Fabício Lobel	125
Eduardo Geraque	68
Editorial	50
Artur Rodrigues	44
Gustavo Uribe	41
Venceslau Borlina Filho	41
Heloisa Brenha	29
Maurício Tuffani	23
Lucas Sampaio	22
Felipe Souza	20
Daniela Lima	15
Marcelo Leite	15
César Rosati	11
de Brasília	10
Lígia Mesquita	10
Dimmi Amora	9
do "Agora"	9
Emílio Sant'anna	9
Leandro Machado	9

Quadro 4. Os 20 autores que mais publicaram sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo no jornal Folha de São Paulo, no período de 2013 e 2016, e o número de notícias publicadas por cada um deles.

Além disso, o expediente do jornal, como um todo, apenas conta com uma mulher em seu quadro: Presidente: Luiz Frias; Diretor Editorial: Otavio Frias Filho; Superintendentes: Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito; Editor-executivo: Sérgio Dávila; Diretoria-executiva: Marcelo Benez (comercial), Murilo Bussab (circulação), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios) (Folha de S. Paulo, 2018c).

Assim, a pouca representatividade de mulheres vai para além da cobertura específica da crise hídrica da RMSP, mas se expande para o corpo de jornalistas, editorial e diretoria da Folha de S. Paulo.

2.2.3. Qual o discurso da Folha de S. Paulo: uma análise dos editoriais das eleições de 2014

A Folha de S. Paulo divulgou a primeira notícia sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo no dia 08 de janeiro de 2014. Com o título “Reservatório da Cantareira está com só 26% da capacidade em SP” (2014b) e quatro curtos parágrafos, apresenta a “falta de chuva” e “forte calor” como razões para seu baixo nível nessa época do ano. Não realizou discussão mais aprofundada nem trouxe os índices históricos da represa, ignorou as outras possíveis causas do baixo nível da água, ou as consequências em

caso de a represa não se recuperar em março, como previsto pelos “meteorologistas do Climatempo”, na própria notícia.

Ao observarmos o fluxo de notícias da Folha de S. Paulo em 2014, como demonstrado na Figura 1 (acima), vemos que mesmo com o uso da primeira cota do “volume morto”, e a contínua redução do nível das represas do Sistema Cantareira, o número de notícias começou a cair depois de março. Apenas em julho volta a crescer, o que coincide com o início das propagandas eleitorais no dia 06 desse mês. Diversas notícias começaram a ter um enquadramento político, como as críticas dos candidatos de oposição ao Governador Geraldo Alckmin e ao PSDB, mas em grande parte possuíam enquadramento de responsabilidade, principalmente nas notícias do primeiro semestre, que culpavam o índice pluviométrico pela falta de água nos reservatórios.

O aumento excepcional no número de notícias sobre crise hídrica no mês das eleições, como mostra a Figura 1, evidencia o posicionamento do jornal em relação a essa problemática ambiental. No ano de 2014, as eleições ocorreram para Presidente, Governadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Senadores. Destes, estão diretamente relacionados à gestão da água no Estado de São Paulo, o Governador do Estado (através da gestão da empresa responsável pela distribuição de água, Sabesp) e a Presidente da República (ANA - Agência Nacional de Águas). Ao invés de ser discutida como problema ambiental, debatendo também os aspectos políticos, econômicos, sociais que são afetados pela crise, a Folha de S. Paulo realizou uma abordagem da crise hídrica como um objeto de disputa política e eleitoral no período de setembro até outubro de 2014.

Existe uma relação clara entre o grande número de notícias de outubro e as eleições de 2014, sendo bastante significativa para a disputa de Governador do Estado, que recebeu menor atenção do que a disputa para presidente, mesmo no tema da crise hídrica. As eleições em outubro aconteceram em dois momentos; o primeiro turno no dia 05 e o segundo turno no dia 25.

Era esperado que o número de notícias aumentasse com o debate dos candidatos a governador do Estado, visto que este é quem faz a gestão da Sabesp, mas não foi bem isso que aconteceu. Como pode-se observar na Figura 8 (abaixo), nos cinco dias anteriores ao primeiro turno foram publicadas 11 notícias, um crescimento tímido em relação ao mês anterior. O assunto praticamente foi negligenciado pela Folha de S. Paulo em momento que deveria ser mais abordado, sendo pouco debatidas as propostas políticas dos candidatos e mostrando as diferentes proposições em relação ao problema.

Figura 8. Número de notícias publicadas a cada cinco dias, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2014, sobre a crise hídrica da região metropolitana de São Paulo.

Das 11 notícias publicadas entre o dia 30 de setembro até 04 de outubro de 2014, uma chamou a atenção por não estar mais publicada no site do jornal. A notícia “Sabesp faz plano fraco para ‘volume morto’ do Cantareira”, publicada no dia 01/10/2014 às 16h59, por Lucas Sampaio, no caderno Cotidiano (Apêndice 1), traz informações referente à negação da ANA ao projeto de utilização da segunda cota do ‘volume morto’ apresentada pela Sabesp.

Segundo a matéria publicada na Folha de S. Paulo, o diretor-presidente da ANA, Vincente Andreu, afirma que o documento que pede autorização para utilizar a segunda cota do volume morto era um projeto “muito fraco, como a própria Sabesp reconheceu” e que “parece evidente que há uma ação protelatória” por parte da Sabesp. A entrega do documento ocorreu no último dia de prazo após três prorrogações, solicitando um novo prazo para entrega de mais cinco dias, coincidindo com o dia seguinte do primeiro turno das eleições, quando Geraldo Alckmin foi reeleito.

A ação protelatória, apresentada pelo diretor-presidente da ANA, poderia estar associado com a garantia que o uso da segunda cota do volume morto só aconteceria após a reeleição de Geraldo Alckmin¹⁴.

O uso da primeira cota do volume morto, em maio, já havia trazido críticas duras ao Governador, preocupações de especialistas com a qualidade da água e dúvidas relativas ao seu uso, enquanto a gestão negava o racionamento como medida para economizar água. O uso da segunda cota foi autorizado pela ANA no dia 17 de outubro de 2014, pouco mais de dez dias após as eleições de primeiro turno em que o Governador Geraldo Alckmin conseguiu sua reeleição.

Esses fatos podem explicitar as medidas eleitoreiras tomadas pela gestão do abastecimento de água, evitando o racionamento (que poderia causar desconforto aos eleitores) e enviando o documento final de autorização de uso da segunda cota apenas após a reeleição.

O número de notícias cresce consideravelmente até o segundo turno das eleições, quando ocorreu a decisão do cargo de Presidente da República. O cargo de presidência tem uma relação mais distante da crise hídrica do Estado de São Paulo por meio da ANA, em comparação ao governador do estado que está diretamente relacionado pela gestão da Sabesp, entretanto os cinco dias anteriores à sua reeleição foram publicadas 54 notícias, o maior valor entre os três meses analisados.

Essa contradição no número de notícias entre a eleição do Governador do Estado e da Presidente da República mostra o afastamento do debate da problemática e o caráter de enquadramento político. Caso o objetivo do jornal fosse conscientizar a população dos diversos fatores que envolvem a gestão dos recursos hídricos do estado, seria razoável esperar um aumento antes das eleições de governador, que tem mais relação com a gestão dos recursos hídricos que abastecem a RMSP do que a presidência. Mas ao observar esse aumento do número apenas para as eleições do segundo turno, ao mesmo tempo observando o conteúdo das matérias, podemos observar que o enquadramento político é o mais comumente utilizado.

Quando observamos em que caderno essas notícias estão organizadas, percebemos que, apesar do aumento de notícias no mês eleitoral, não há relação com o caderno “Poder”. Esse aumento poderia levar a conclusão equivocada: que as notícias próximas as eleições, não classificadas no caderno “Poder”, estariam então tratando das questões políticas de maneira crítica para fomentar o debate e a reflexão dos leitores. Entretanto, a maioria das notícias foram classificadas no caderno “Cotidiano”, como podemos ver no Quadro 5 (abaixo). São matérias que tratam sobre as questões da crise hídrica, mas com enquadramento político e de responsabilidade. No primeiro caso, poucas notícias discutem as políticas públicas do Governador Geraldo Alckmin ou de seus concorrentes na disputa eleitoral, a maioria delas acompanha a eleição presidencial, apresentando a crise como palco de disputa eleitoral, de competição

---

¹⁴ A notícia publicada na Folha de S. Paulo não foi encontrada no site do jornal entre agosto e outubro de 2018, meses anteriores às eleições presidenciais de 2018, em que Geraldo Alckmin é candidato à Presidência da República. Se não é uma demonstração de apoio do jornal à sua carreira política, é uma grande coincidência.

entre os candidatos. Nas notícias de enquadramento de responsabilidade, o conteúdo se resume a expressar quantitativamente o nível da represa e apresentar as previsões meteorológicas, ou a incentivar o racionamento doméstico com dicas e técnicas para o cidadão.

Fica evidente que poucas notícias realmente traziam um enquadramento temático, debatendo os seus diversos aspectos políticos e ambientais, aproximando o usuário de uma conscientização da importância da correta gestão desse recurso hídrico. A cobertura realizada pela Folha de S. Paulo sobre a crise da água é caracterizada como de enquadramento político, sem discuti-la como importante aspecto de política pública e do ambiente natural.

Caderno	Caderno Especial	Número de notícias
Ambiente	-	3
BBC	-	1
BBC Brasil	Crise da Água	1
	Maurício Tuffani	6
Blog	Mural	2
	Painel	3
Ciência	-	6
Colunistas	-	7
Colunistas convidados	-	3
	-	146
Cotidiano	Crise da Água	89
	-	3
Mercado	Crise da Água	1
Opinião	-	6
Editorial	-	9
Painel do Leitor	-	18
Poder	-	16
	Eleições 2014	5
Rede Social	-	1
TVFolha	-	3
Total de notícias		305

Quadro 5. Notícias por caderno e caderno especial, publicada nos meses de setembro, outubro e novembro de 2014.

No período dos três meses analisados, foram publicados nove editoriais que trataram o tema, ilustrados no Quadro 6 (abaixo). Dois deles antes das eleições de primeiro turno, um no dia, outros seis após a reeleição de Geraldo Alckmin. O primeiro turno foi selecionado como data importante para análise dos editoriais, segundo o próprio conteúdo dos editoriais que será discutido à frente.

Houve críticas brandas por parte da Folha de S. Paulo em relação à gestão da distribuição de água e administração da crise realizada por Alckmin. É clara a diferença entre as duas notícias anteriores à

eleição e as que surgem após a confirmação da reeleição, revelando o apoio da Folha de S. Paulo ao Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo.

Os dois editoriais publicados antes do primeiro turno das eleições, Editorial 1 e 2, fazem abordagens similares ao problema da crise da água. O primeiro coloca a estiagem como principal responsável pela falta de abastecimento, afastando a responsabilidade do governador: “o governo de Geraldo Alckmin e a (...) Sabesp, foram apanhados desprevenidos pela escassez de chuvas, que caiu a níveis nunca vistos em 84 anos”. Enquanto o Editorial 2 apenas apresenta números estatísticos do nível da represa e a situação crítica da seca: “reconheça-se que se abate sobre a Grande São Paulo a maior estiagem em 84 anos”, protegendo o gestor pela ação de “força maior”, incontrolável e imprevisível.

	Título	Data	Disponível em:	Data de acesso
Editorial 1	Risco líquido e certo	18/09/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/09/1517674-editorial-risco-liquido-e-certo.shtml	04/04/2017
Editorial 2	Depois de março	24/09/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/09/1521510-editorial-depois-de-marco.shtml	04/04/2017
Editorial 3	Estelionato à vista	05/10/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1527324-editorial-estelionato-a-vista.shtml	04/04/2017
Editorial 4	Falta de água é coisa séria	09/10/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1529561-editorial-falta-de-agua-e-coisa-seria.shtml	04/04/2017
Editorial 5	Até Quando?	15/10/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1532589-editorial-ate-quando.shtml	04/04/2017
Editorial 6	Futuro Incerto	22/10/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1536163-editorial-futuro-incerto.shtml	04/04/2017
Editorial 7	Seca Bandeirante	31/10/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1541058-editorial-seca-bandeirante.shtml	04/04/2017
Editorial 8	E se o PIB secar?	04/11/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/11/1542829-e-se-o-pib-secar.shtml	04/04/2017
Editorial 9	Seca de informações	16/11/2014	http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/11/1548816-seca-de-informacoes.shtml	04/04/2017

Quadro 6. Editoriais publicados durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2014

A crítica quanto à gestão existe nos textos, mas de maneira muito branda. A maior problemática apontada pelo primeiro editorial está na comunicação feita pelos governantes: “seria de esperar a divulgação de informações sérias, seja para estimular a economia de água, seja para fazer conhecer os planos emergenciais...”. No Editorial 2, depois de apontar a ausência da discussão de multas por desperdício e aumento de conscientização da população, critica-se o caráter político de tal medida, em que o Governador busca sua reeleição, deixando a população sem o devido conhecimento do problema:

“Num ano eleitoral, opta-se pela solução menos desgastante para a imagem da administração estadual: o uso do volume morto”, que mostra o enquadramento político trazido pelo jornalista.

Não são citados, entretanto, a falta de investimento, planejamento e preparo para uma crise desse nível, sendo que a gestão do PSDB está no poder do Estado há mais de vinte anos (fato apresentado nos editoriais seguintes).

O Editorial 3 foi publicado na manhã do primeiro turno das eleições. Seu texto discute principalmente a importância dos debates entre candidatos e, particularmente, da oportunidade que o segundo turno proporciona a isso. Nos últimos parágrafos, o texto apresenta alguns problemas que o Estado passava na época, dando especial atenção à “falta de transparência em relação à crise hídrica”, e que, caso o Governador fosse reeleito, ele teria “tirado da população o direito de dizer se concorda com o plano do governo para lidar com uma situação para a qual sua gestão – e 20 anos de tucanato no Estado – não se preparou”.

Apesar de branda, o terceiro editorial possui uma crítica mais direta do que os dois anteriores. Em comparação com a crítica do Editorial 1, que consiste na “falta de transparência” das informações disponibilizadas pela Sabesp, a crítica do Editorial 3, que consiste em uma denúncia da “retirada de direito” da população de dizer se concorda com o plano político da gestão da crise; é muito mais prejudicial para a imagem do Geraldo Alckmin e da Sabesp. O uso do termo “retirada de direito” é muito mais forte do que a falta de transparência. Enquanto um está relacionada com a intencional falta de comprometimento da Sabesp em disponibilizar as informações referente à crise hídrica, o outro está direcionado ao cidadão. Podemos dizer que essa primeira crítica, apontada diretamente ao Alckmin, é o começo da mudança de postura do jornal, coincidindo com a data de sua reeleição, afinal, o governador já estava com grandes chances de prosseguir com sua gestão por mais quatro anos.

Os editoriais seguintes começaram a fazer críticas mais duras à Sabesp, sua Ex-Presidente Dilma Pena, e ao reeleito Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Deles, irei tratar com maior profundidade os Editoriais 5 e 8. Os Editoriais 4, 6, 7 e 9, possuem quase a mesma abordagem: apresentam fatos sem contexto; criticam os vinte anos de gestão do PSDB que não se prepararam para o problema; denunciam Alckmin pela falta de transparência das informações sobre a crise e dos princípios eleitoreiros que o guiaram em sua administração; o enquadramento político destaca-se nesses editoriais, que quase não contribuem para a população debater a crise hídrica que atingia o Estado.

Entre os editoriais 4, 6, 7 e 9, apenas o Editorial 7 apresenta uma iniciativa popular para propor políticas para administrar a falta d’água: a Aliança pela Água de São Paulo, articulação da sociedade civil, que “elencou centenas de providências para o curto e o médio prazo”.

O Editorial 5 é o que melhor aborda o tema entre os editoriais analisados. Afirmo, logo no início, que o governador procurou subestimar a diminuição dos níveis do Sistema Cantareira no inverno, sem detalhar suas ações. Após isso, critica as “sucessivas gestões tucanas que comandam o Estado desde 1995”, por negligenciar a gestão do abastecimento de água da cidade. Apresenta, em tópicos, os pontos que deveriam ter avançando nesses anos, incluindo questões estruturais (tratamento de esgotos e dejetos industriais, aumento da capacidade de reserva), ambientais (proteção de mananciais) e de políticas

públicas (redução do desperdício com produção e consumo hídrico). Denuncia, em seguida, avisos da Sabesp desde 2011, e de especialistas dados “há mais tempo”, para a necessidade de reforçar o abastecimento da Região Metropolitana. Mostra, assim, a falta de medidas em preparo a uma eventual crise hídrica, por parte não só do Governador Geraldo Alckmin, mas dos seus antecessores da mesma sigla. Para concluir, o editorial coloca que “o governo de Geraldo Alckmin esquiva-se de informar a sociedade (...) e não reage com transparência e firmeza que a situação exige”. Retoma, portanto, as críticas realizadas em quase todos os editoriais quanto à falta de comunicação do Estado das suas ações e do sistema de abastecimento.

O Editorial 5 consegue fazer uma abordagem mais crítica à crise hídrica, levantando diversos aspectos importantes para o debate e conscientização da população. Esse editorial pode ser caracterizado como único de enquadramento temático entre os analisados, pois não apenas denuncia o Governador, mas também apresenta diversos fatores (políticos, ambientais e urbanos) que podem ter causado a crise hídrica na RMSP, com o contexto de onde, e por quem, essas ações deveriam ter sido aplicadas. Além disso, é clara a maior aceitação do conteúdo quando observamos o número de compartilhamento desse editorial, mais de 3,4 mil, em comparação aos outros, que não passavam de 422 compartilhamentos.

O Editorial 8 tem um característico enquadramento de responsabilidade, culpabilizando o ambiente como responsável pela falta de água, presente em diversas notícias do caderno “Cotidiano” da Folha. Observamos no trecho: “A dependência das condições climáticas, portanto, é total. Pode-se – e deve-se – reduzir o consumo, mas isso não resolve o problema”; esse discurso, que coloca as condições climáticas como definidoras finais da situação de abastecimento, omite a reponsabilidade do Estado, afastando, portanto, a responsabilidade de gestão e distribuição do recurso.

Esse tipo de discurso não aproxima as pessoas do ambiente, não reestrutura os *frames* ambientais para uma melhor compreensão das relações do ambiente natural com o ambiente antrópico. Esse distanciamento das questões políticas, sociais, econômicas de uma crise ambiental, responsabilizando as chuvas como causa incontrolável, não proporciona o avanço no debate das questões ambientais, numa melhor concepção de preservação e proteção dos rios, mananciais e florestas, essenciais para a manutenção do nosso sistema hídrico.

Apesar das críticas presentes nos editoriais, o seu discurso ambiental, de modo geral, está voltado a um enquadramento de responsabilidade (ambiental), em que o culpado é o regime de chuvas, e não para uma crise causada pela má-gestão do recurso hídrico. Muitas vezes colocam a culpa no cidadão, o qual deve se conscientizar e consumir menos para não sobrecarregar o sistema de abastecimento, inclusive estando sujeito a pagar multa caso não respeite o momento de crise ou ser financeiramente beneficiado caso tome uma atitude “ambientalmente responsável”. Claro que não podemos desconsiderar a importância da participação da sociedade para enfrentar uma seca, mas também não se pode ignorar a inexistência de investimentos no setor e a inação do governo para uma política de racionamento desde o momento em que a crise começa a aparecer.

É necessária a mudança, como apontado por Lakoff (2010), dos *frames* relacionados ao meio ambiente para que as pessoas pensem as questões ambientais associadas à ação política. Atualmente,

quando se fala no “ambiente”, os *frames* ativados estão mais relacionados com: relações de mercado e um ambiente distante, e em volta, de nós. O conceito “ação ambiental” por sua vez, faz referência ao indivíduo: dirigir menos, consumir conscientemente, usar menos energia, reciclar etc. Essa concepção da natureza não aponta ao real problema: “os problemas econômicos e ambientais tem a mesma causa (...), o livre mercado não regulado, a ideia de que ganância é uma coisa boa e que os recursos naturais estão disponíveis para enriquecimento a curto prazo” (Lakoff, 2010, tradução livre). Essa concepção afasta a ideia de política pública para preservação e conservação ambiental, da construção de um ambiente natural público, que traga, independentemente de geração de capital financeiro, benefícios ambientais para a população.

Na mídia, as ideias voltadas para a culpabilização do indivíduo citadas acima (eg. consumo consciente), são apontadas como problemas a serem superados, mas sempre associadas a soluções de mercado. Como demonstrado por Fontenelle (2013), a revista *The Economist* e *Exame*, apesar de trazerem diferentes visões sobre a questão ambiental, trazem como soluções as iniciativas de mercado, de empresas conscientes e ambientalmente responsáveis, colocando novamente na mão do consumidor a capacidade de “salvar o meio ambiente”. Essa abordagem acaba por reforçar o enquadramento existente para o meio ambiente, sob a perspectiva do Lakoff (2010).

Por isso, é necessário que os jornais tratem das questões ambientais de maneira mais ampla, para além da culpabilização do indivíduo ou da instabilidade do clima, relacionado à produção agrária, proteção de florestas, saúde pública, planejamento urbano e, de igual ou maior importância, consumo, produção e exploração dos recursos ambientalmente adequadas. Essa abordagem altera os *frames* dos consumidores de notícias aos poucos, fazendo-os compreender que a questão ambiental faz parte integral da vida humana e não apenas no ambiente “natural intocado”.

2.2.4. A saída do volume morto: como o jornal noticiou o ano de superação da crise hídrica

O ano de 2016 foi um ano de mudanças na relação do jornal, e da população, com a crise hídrica da RMSP. As chuvas de verão no segundo semestre de 2015, associada ao rodízio realizado pela Sabesp e cuidado da população no consumo, levaram os reservatórios à saída do volume morto na virada do ano.

Por isso, realizei uma análise similar à realizada no período eleitoral de 2014, levantando como o jornal Folha de S. Paulo noticiava a situação da crise hídrica da RMSP. A análise foi realizada por meio de quatro notícias publicadas no caderno Cotidiano e caderno especial Crise da Água, selecionadas aleatoriamente, uma por trimestre do ano de 2016, demonstradas no Quadro 7, abaixo.

Das quatro notícias selecionadas, apenas uma, a Notícia 3, tem autoria definida e foi publicada às 02h00. A Notícia 3 foi escrita pelo jornalista Fabrício Lobel, um dos jornalistas que ao longo dos quatro anos estudados mais publicou notícias sobre o tema. As outras três notícias, no local onde constaria o

jornalista responsável, consta “de São Paulo” e foram publicadas no período da tarde (18h57, 12h00 com atualização às 12h43 e 13h07, respectivamente para as Notícias 1, 2, 4).

	Título	Data	Disponível em:	Data de acesso
Notícia 1	ANA autoriza Sabesp tirar mais 3.500 litros por segundo do Cantareira	05/02/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1737384-ana-autoriza-sabesp-tirar-mais-3500-litros-por-segundo-do-cantareira.shtml	27/08/2018
Notícia 2	Sem chuva no Estado, situação de represas de São Paulo preocupa	19/04/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1762661-sem-chuva-no-estado-situacao-de-represas-de-sao-paulo-preocupa.shtml	27/08/2018
Notícia 3	Sabesp quer dobrar captação de água do interior para Grande SP	13/07/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1791148-sabesp-quer-dobrar-captacao-de-agua-do-interior-para-grande-sp.shtml	27/08/2018
Notícia 4	Volume armazenado do Cantareira aumentou 6% durante período de seca	03/10/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1819128-volume-armazenado-do-cantareira-aumentou-6-durante-periodo-de-seca.shtml	27/08/2018

Quadro 7. Notícias selecionadas para análise, publicadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a crise hídrica na região metropolitana de São Paulo no caderno Cotidiano e caderno especial Crise da Água, no ano de 2016.

Esse fato é interessante ser observado, pois as notícias sem autoria definida costumam ser publicadas o mais rápido possível após as informações, nelas contidas, cheguem à redação. As notícias publicadas dessa maneira costumam apresentar informações sem muito contexto ou dados relacionados, apenas descrevendo o acontecimento. Nos próximos parágrafos pretendo trabalhar cada uma dessas quatro notícias de modo a demonstrar essa, dentre outras, características.

Primeiramente, é importante observar o que estava acontecendo no Sistema Cantareira no final de 2015 e começo de 2016. No início de dezembro de 2015 a Sabesp recebeu autorização da ANA para aumentar a captação de água do Sistema Cantareira para 15m³/s, usando como justificativa as festas de fim de ano e início do verão. A quantidade de água retirada do sistema antes do início da crise era de 33m³/s e chegou a 13m³/s em maio de 2015. A ANA e DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) gradativamente reduziram a autorização da Sabesp de coletar água do sistema para evitar que o mesmo colapsasse.

No dia 30 de dezembro de 2015, o Sistema Cantareira sai do volume morto, depois de 18 meses, retomando a captação de água no volume útil, por conta de um alto índice de chuvas no segundo semestre deste mesmo ano, diminuição do consumo da população e diminuição da pressão de água distribuída no sistema de abastecimento (que deixava parte da população da RMSP sem água em parcelas do dia, principalmente de madrugada).

Em janeiro a captação autorizada pela Sabesp já era de 19,5m³/s, depois de subir para 15m³/s em dezembro (pedido por conta das festas de fim de ano e aumento de chuvas no mês de novembro e dezembro), como podemos observar a Figura 9, acima. Apesar das represas do Sistema Cantareira ainda apresentarem risco de não suportarem abastecer a RMSP, a ANA e Daece contou com as chuvas de verão do início de 2016 para autorizar o aumento.

A Notícia 1 foi publicada no dia 05 de fevereiro de 2016, às 18h57, consta no local destinado ao autor “de São Paulo” e possui o título: “ANA autoriza Sabesp a tirar mais 3.500 litros por segundo do Cantareira”. A notícia possui cinco curtos parágrafos, trazendo a informação do aumento da coleta, por parte da Sabesp, do sistema Cantareira e um gráfico com o Nível dos Reservatórios.

Figura 9. Captação autorizada de água do Sistema Cantareira em m³/s. (Fonte: Sabesp. Elaboração: Lauro de Camargo Neto)

O primeiro parágrafo traz as informações principais, mas já apresentadas no título, sobre a mudança de vazão de coleta do Sistema Cantareira “o principal reservatório que abastece a Grande São Paulo” pela Sabesp: “de 19,5m³ por segundo para 23m³ por segundo”. Apesar de ser uma nova informação, a notícia não apresenta em seguida informações complementares para compreender o que isso significa esse aumento de captação, qual o impacto disso na represa, no abastecimento da cidade de São Paulo ou na Bacia PCJ. Não consta também quais eram os valores de captação autorizados nos últimos meses ou o porquê desse aumento.

O segundo, terceiro e quinto parágrafos da notícia citam informações referentes à situação da represa do Sistema Cantareira. Evidenciam que “subiu 0,1 ponto percentual (...) e chegou a 35,7%, contando com o volume morto”, informam que a Sabesp divulga diariamente os dados referentes aos seis principais reservatórios da RMSP. O jornal não faz relação do nível da represa com a autorização do aumento da captação de água para distribuição, apenas traz as duas informações, desconectadas dentro do próprio texto.

O terceiro parágrafo coloca que “A ANA autoriza as bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá a manterá vazão máxima de 3.500 litros por segundo até o fim de fevereiro”. Essa informação é colocada solta, após falar sobre o nível do Sistema Cantareira. Para um leitor que não tem acompanhado diariamente o tema, dificilmente irá compreender que a Bacia PCJ não abastece diretamente a RMSP e que essa informação faz referência ao abastecimento do interior do estado. Além disso, o valor 3.500 litros por

segundo têm peso diferente para a RMSP e a Bacia PCJ, tanto pela capacidade hídrica de cada região, como pela urbanização e demanda de água potável para uso urbano, rural e industrial.

As informações trazidas nesse parágrafo, portanto, podem confundir ou desinformar o leitor mais do que trazer a ele dados importantes da situação dos dois sistemas.

Como pode-se observar na Figura 10 o gráfico expõe informações referentes à data do acesso do leitor, podendo confundir a informação com o conteúdo da notícia. O gráfico é atualizado frequentemente com o nível dos reservatórios que abastecem a RMSP. Esse gráfico é repetido em diversas notícias ao longo da crise hídrica, normalmente sem autoria.

ANA autoriza Sabesp tirar mais 3.500 litros por segundo do Cantareira

DE SÃO PAULO

05/02/2016 @ 18h57

f Compartilhar 197 < OUVIR O TEXTO Mais opções

A ANA (Agência Nacional de Águas) e o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) autorizaram a Sabesp a tirar mais 3.500 litros de água por segundo do Sistema Cantareira –o principal reservatório que abastece a Grande São Paulo. Com a autorização, a empresa poderá subir a atual vazão de 19,5 m³ por segundo para 23 m³ por segundo.

O nível do sistema Cantareira subiu 0,1 ponto percentual nesta sexta-feira (5) e chegou a 35,7%, contando com o volume morto. Contabilizando apenas com o volume útil, o sistema está com 16,9% de sua capacidade.

A ANA também autorizou as bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá a manter a vazão máxima de 3.500 litros por segundo até o fim de fevereiro. De acordo com os técnicos que autorizam as vazões, esses valores máximos podem mudar nos próximos meses.

A Sabesp divulga diariamente os níveis dos seis principais reservatórios que abastecem a região metropolitana de São Paulo.

A medição da Sabesp compreende um período de 24 horas: das 7h às 7h.

NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS*

*Cálculos podem variar devido a arredondamentos; **Considerando o volume morto; ***Média histórica do mês para o reservatório escolhido; Fonte: Sabesp

Figura 10. Notícia 1: ANA autoriza Sabesp a tirar mais 3.500 litros por segundo do Cantareira. Fonte: Folha de S. Paulo

Levando em consideração essas informações, fica evidente o enquadramento Episódico dessa notícia, que tem informações descontextualizadas, ausente do debate e apenas “informando” (de maneira extremamente confusa) fatos pontuais sobre o Sistema Cantareira e Bacia PCJ.

A segunda notícia analisada é publicada em um momento que o índice de chuva está muito abaixo da média, no início do período de seca de 2015, a Sabesp declara a intenção de acabar com a política de desconto e multa, e o nível da represa ainda está baixo (66,1%) em comparação a anos anteriores (sem contar os anos de 2014 e 2015).

A Notícia 2, “Sem chuva no Estado, situação de represas de São Paulo preocupa”, foi publicada no dia 19 de abril de 2016, às 12h00 com atualização às 12h43¹⁵, sem autoria definida nos mesmos moldes da Notícia 1. A Notícia 2 apresenta dados pluviométricos dos últimos meses que podem indicar que as represas não estavam em níveis adequados para garantir o abastecimento da população.

Os dados apresentados na notícia trazem grande preocupação quanto à capacidade de abastecimento por parte dos reservatórios que abastecem a RMSP, utilizando como argumentos a falta de chuvas, classificando a notícia no *frame* de Responsabilidade.

Em primeiro momento, o texto demonstra certas preocupações de que “o Estado tenha que enfrentar novamente o racionamento de água”, por conta da falta de chuvas de abril, com pluviometria baixa mesmo comparando com o valor de 2015, “ano em que houve uma das piores secas da história de São Paulo”. Apresenta em tom de alarme, em seguida, dados detalhados da situação pluviométrica e volume armazenado do sistema Cantareira como exemplo da situação de chuvas do estado de São Paulo, comparando esses dados com os números do ano de 2015 (ano que a seca atingia seu auge).

Em seguida, apresenta a mesma imagem presente na Notícia 1, com o nível dos reservatórios que abastecem a RMSP, novamente sem contextualização. Após a imagem, a notícia traz duas informações soltas: a declaração do Alckmin que a crise hídrica estava no fim e a intenção da Sabesp de suspender o bônus pago aos poupadores e a cobrança de multa aos que gastavam muita água.

Por fim, a notícia faz um extenso debate sobre a relação das chuvas com a estabilidade do abastecimento de água. Dá espaço para duas vozes diferentes: para um especialista, professor de hidrologia da Unicamp; e para a Sabesp como contraponto. O professor critica a declaração do governador Geraldo Alckmin de que a crise hídrica está no fim e explica que o aumento de chuvas no fim do segundo semestre de 2015 foi devido ao fenômeno “El Niño”, “que aumenta as precipitações no sul da América do Sul” e completa: “como teremos o efeito “La Niña” (no próximo ano), essas precipitações devem vir abaixo da média.”.

Antes de apresentar a fala da Sabesp, a notícia apresenta um parágrafo mostrando em dados absolutos a pluviometria baixa, em comparação a 2015, de três sistemas que abastecem a RMSP: Guarapiranga, Alto Tietê e Rio Grande.

---

¹⁵ Não é indicado o que foi editado na notícia.

A notícia finaliza com dois parágrafos com citações da Sabesp, entre aspas, justificando a garantia do abastecimento de água na RMSP para 2016. Primeiro, a “pequena probabilidade de acontecer outro período de seca no final do ano, segundo o estoque dos mananciais maior que o ano anterior, terceiro pela mudança de hábito da população e quarto, graças às obras realizadas pela Sabesp”. A notícia, então, finaliza dando voz para uma autoridade competente, responsável pelo abastecimento da RMSP, sem questionar ou apontar uma visão alternativa. A maneira como está escrito, tenta tranquilizar o leitor, pois, apesar dos dados apresentados por um especialista, a autoridade tem fatos que comprovam sua capacidade de abastecimento para 2016.

Os quatro fatos apresentados pela Sabesp poderiam ser mais trabalhados pelo jornalista, que poderia ter explicado como foi dada essa mudança de comportamento dos usuários, o quanto isso impacta na captação e distribuição de água no sistema. Quais obras foram realizadas pela Sabesp e quanto aumentou a capacidade de distribuição em comparação com anos pré-crise, não com 2015 que estava em auge, alinhando com a atual demanda da população.

A notícia acaba colocando a culpa da crise hídrica que atingiu a RMSP nas chuvas, pois não apresenta outros dados, além da média pluviométrica de cada represa, que poderiam levar a um novo problema de abastecimento na região.

A Notícia 3 dá atenção para o plano de coleta de água do rio São Lourenço pela Sabesp, descrevendo, em detalhes, esse sistema. A notícia, “Sabesp quer dobrar captação de água do interior para Grande SP”, publicada no dia 13 de julho de 2016, às 02h00, foi escrita por Fabrício Lobel, jornalista da Folha de S. Paulo que mais publicou notícias sobre a crise hídrica ao longo dos quatro anos estudados (Quadro 4). Explicando com detalhes a estrutura do sistema, dando espaço para especialistas e autoridades competentes a favor e contra o projeto, a notícia pode ser classificada no *frame* Temático, pois traz as possíveis consequências da aprovação ou negação do projeto, por meio da voz dos especialistas, e descreve o contexto e histórico da bacia.

O primeiro e segundo parágrafo da notícia colocam, de forma resumida, as informações introdutórias que sintetizam o conteúdo do texto. “Para abastecer a região metropolitana de São Paulo após a recente crise hídrica, a Sabesp decidiu expandir seus planos de retirada de água de uma bacia do interior e já enfrenta questionamentos sobre um possível risco de superexploração dessas reservas”. O embate envolve a área do rio São Lourenço, de mata atlântica, próxima ao Vale do Ribeira, uma das áreas mais pobres de SP e onde está a maior obra de abastecimento do governo Geraldo Alckmin (PSDB), prevista para terminar em 2018. Se a proposta mais recente da Sabesp for aprovada por órgãos do governo estadual, a quantidade de água retirada dobrará em relação ao que era previsto.

A seguir, a notícia faz uma explicação histórica, desde 2011, dos planos da Sabesp em retirar água dos rios São Lourenço e Juquiá. Aponta também em quais anos os estudos foram feitos, qual a quantidade de água, em litros por segundo, seria bombeada e quanto esse valor representa para a RMSP. Além disso, apresenta o problema que a Sabesp, ao apresentar novo estudo com captação maior que os de 2011, “não chegou a atualizar seus estudos ambientais ou de viabilidade hídrica da região, mas obteve aval dos órgãos estaduais Dae (de águas e energia) e da Cetesb (ambiental)”.

Com essas informações, o autor faz uma abordagem geral do tema, trabalhando todas as informações principais que o leitor precisa para entender, no mínimo, a problemática.

A seguir o autor divide a notícia em duas seções: a primeira, com subtítulo “Sem capacidade”, traz novas informações contrárias ao projeto, dando voz a especialistas; a segunda, com subtítulo “Suficiente”, por meio da voz das autoridades governamentais responsáveis o autor cita informações favoráveis ao projeto. Dessa maneira o autor apresenta os dois lados diretamente interessados no projeto, apontando seus argumentos técnicos contrários e favoráveis ao projeto, dando oportunidade ao leitor compreender quais são os pontos principais a serem levados em consideração na transposição dos rios daquela bacia.

Entretanto, não foi apresentado nenhum ator da sociedade civil, ONGs ou pessoas físicas, que estejam a par e se manifestam contrários ou a favor do projeto. O espaço da notícia reservado a interessados dá voz apenas para o Daee, Sabesp, Votorantin (que encomendou um estudo sobre a viabilidade da transposição, por que ter seis hidrelétricas e um parque de preservação ambiental dependentes da água dessa região) e dois professores de universidades públicas. A notícia se resume, por fim, a dados técnicos da capacidade do sistema de prover a quantidade de água requisitada pela Sabesp à RMSP, sem trazer quais podem ser os impactos ambientais e sociais dessa obra.

Por fim, a última seção intitulada “Crise Hídrica”, traz um texto descritivo da situação atual da crise, com as transposições de outras bacias como solução para o problema. Apesar da notícia como um todo apresentar informações mais detalhadas sobre o problema, essa última parte relaciona diretamente a solução da crise com as transposições realizadas pela Sabesp, se abstendo de esclarecer outras soluções como possíveis ações realizadas pela empresa: “Para afastar a chance de uma nova crise, além da PPP do sistema São Lourenço, a Sabesp realiza obras de transposição de águas da bacia do Paraíba do Sul para uma represa do Cantareira, prevista para o fim de 2017”.

A Notícia 4 se enquadra no frame de Responsabilidade, se limita a trazer os dados de uma perspectiva meteorológica, para confirmar a estabilidade do sistema. Trouxe vozes de especialistas e autoridades para confirmar que o sistema Cantareira estava estável, apesar de não ter havido esforços por parte do jornalista de trabalhar outros aspectos que não a falta de chuvas, para mostrar que a capacidade dos reservatórios estava do jeito que estava.

O título da notícia “Volume armazenado do Cantareira aumentou 6% durante período de seca”, resume o conteúdo da mesma. Publicada no dia 03 de outubro de 2016, às 13h07, e não possui autoria definida. A notícia dá espaço para a fala de um especialista e uma autoridade para demonstrar a relação meteorológica com o aumento do volume do sistema Cantareira, criando, novamente, a relação existente entre falta de chuvas e crise hídrica sem problematizar outros aspectos.

O primeiro parágrafo coloca que “apesar da falta de chuvas, o Sistema Cantareira aumentou o volume de seus reservatórios em 6% desde o início do período de seca”, enquanto o segundo parágrafo, em contraponto, traz informações meteorológicas, comprovados por autoridade competente (Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura de São Paulo (CGE)), da situação crítica, em relação ao índice pluviométrico, que a cidade de São Paulo se encontra. Entretanto, não existe relação direta entre o

volume de chuvas da cidade de São Paulo com o volume do Sistema Cantareira, visto que, apesar de próximos geograficamente, são regiões distintas, separadas por uma pequena cadeia de montanhas. A atenção que se dá na notícia ao colocar essa informação no segundo parágrafo, cria uma relação que, no mínimo, é insignificante.

Em seguida, a notícia justifica o aumento de 6% nos reservatórios do Cantareira devido ao alto índice de chuvas “sobre os reservatórios” e o que isso significa em números absolutos: o “adicional de cerca de 60 milhões de litros de água no sistema. O manancial é responsável pelo abastecimento de 7,4 milhões de pessoas na Grande São Paulo”. Traz um breve resgate histórico da situação do Cantareira em 2014 e 2015, sua capacidade na época e aponta o uso do volume morto para abastecimento das residências da cidade. Abre espaço para a Sabesp justificar que “a diminuição do consumo e as chuvas acima da média contribuíram para o aumento”, mas aponta em seguida que a captação da água do sistema está mais baixa do que antes da crise, o que é um fator também a ser levado em consideração.

A notícia, fazendo esse resgate histórico e informações que relacionam os motivos do aumento do nível do reservatório, faz uma explicação mais detalhada sobre o tema, mas ignora outros aspectos que também têm relação com esse aumento (que já foram diversas vezes aqui expostos).

As informações referentes aos níveis dos outros reservatórios vêm logo em seguida, junto com a mesma imagem presente nas Notícias 1 e 2, que continha o nível dos reservatórios que abastecem a RMSP atualizada diariamente. Essa imagem, em todas as notícias, apresenta um problema caso o leitor não leia a notícia no mesmo dia que foi publicada: as informações ali contidas, por serem atualizadas para o dia que se faz a leitura, ficam desconexas com o restante do texto, podendo gerar confusão sobre a situação dos reservatórios.

A notícia se divide em uma segunda seção com uma separação do texto, em negrito: CHUVAS DE OUTUBRO. São cinco parágrafos que contêm informações meteorológicas: quanto tempo se estenderá a época de chuvas, quantos milímetros o Cantareira deve acumular, como estará o clima na região de São Paulo (“um tempo mais frio e úmido, o paulistano terá uma semana com cara de inverno”) e os valores da temperatura para as próximas semanas. Fechando essa seção com a voz de um especialista da Sabesp, que a partir da semana que vem, “porém, que podemos esperar um clima um pouco mais seco (...), fechando o mês um pouco abaixo da média histórica”.

O encerramento do texto falando sobre as questões climáticas envolvidas na RMSP e região do sistema Cantareira, é desprovida de outras informações referentes aos motivos da crise hídrica. O enquadramento de Responsabilidade fica evidente no discurso culpabilizador do ambiente natural, sem relacionar a gestão pública do recurso, investimento em saneamento, coleta e distribuição de água. Ao finalizar a notícia com essa seção que discute aspectos meteorológicos de São Paulo, a mensagem passada ao leitor é que a chuva é o único fator a ser levado em conta na capacidade dos reservatórios abastecerem a RMSP.

As três notícias sem autoria citadas acima, Notícia 1, 2 e 4, são bons exemplos das notícias com enquadramento de Responsabilidade e Episódico. Em sua maioria, as notícias publicadas no caderno Cotidiano no período da tarde e que não possuem autoria se enquadram nesse tipo de *frame*, trazendo

análises pluviométricas e meteorológicas, dados pontuais e sem análise contextualizada, histórica, alternativas ou possibilidades do que pode acontecer levando em consideração os fatos apresentados.

2.2.5. O discurso utilitarista do meio ambiente realizado pelos nossos meios de comunicação

Existe uma necessidade de mudarmos a maneira como tratamos as questões ambientais para melhorar a relação que existe entre a sociedade humana e a natureza. É necessário que falemos das questões ambientais em toda a sua complexidade, mostrando os aspectos econômicos relacionados, o papel das políticas públicas na preservação ambiental e mostrar a conexão existente entre o ambiente natural e o ambiente antropofizado, urbanos e rurais.

Quando falamos sobre “natureza” o *frame* associa que a natureza está separada, e em volta, de nós (Lakoff, 2010). Esse *frame* precisa ser reestruturado para um que compreenda que a sociedade humana está absolutamente relacionada com a natureza, possibilitando uma melhor concepção dos problemas ambientais associados à preservação e desenvolvimento da sociedade e não como algo a ser contemplado ou explorado.

O jornal Folha de S. Paulo faz um discurso que não contribui para essa compreensão ambiental, mantendo o discurso de “natureza intocada” como parte não pertencente à sociedade humana. Podemos observar isso pelas análises anteriormente apresentadas, que a perspectiva da falta de chuvas, eventos climáticos imprevisíveis são majoritariamente citados como causas da crise hídrica.

Além disso, a ideia trazida pelo jornal de que o consumidor final, doméstico, pode ter um papel central e decisivo no bem estar do sistema de abastecimento, afasta a responsabilidade dos meios produtivos industriais e rurais.

A crise hídrica que atingiu a RMSP teve diversos motivos não trabalhados, ou quase ignorados, pela Folha de S. Paulo. Muitos autores e grupos da sociedade civil denunciaram e expuseram as falhas de gestão e problemáticas que causaram a seca que atingiu a região entre 2014 e 2015, como: i. aumento populacional e do território urbano da RMSP, que causa o aumento da demanda por água e impermeabilização do solo, prejudicando a recuperação dos corpos d’água (Aliança pela Água, 2015; Jacobi et al., 2015a; Oliveira Filho, 2015); ii. morosidade do Governo do Estado, que deu prioridade a ações reativas ao invés de preventivas, como a recuperação dos mananciais, combate a desmatamentos e ocupações irregulares (Aliança pela Água, 2015; Jacobi et al., 2015b; Marengo et al., 2015a; Soriano et al., 2016); iii. ausência de consciência coletiva e uso racional da água por parte dos consumidores brasileiros (Aliança pela Água, 2015; Oliveira Filho, 2015) v. perdas de água no sistema de distribuição (Soriano et al., 2016); vi. dificuldade no acesso à informações e uso excessivo de linguagem técnica (Artigo 19, 2014; Jacobi et al., 2015b; Soriano et al., 2016).

Outros pesquisadores que também analisaram a cobertura jornalística da crise hídrica tiveram resultados que corroboram com os apresentados anteriormente. Jacobi (2015) apresenta em seu artigo um levantamento de notícias veiculadas sobre a crise nos principais jornais do estado de São Paulo:

A pesquisa realizada analisou 196 notícias veiculadas entre janeiro e outubro de 2014 e os resultados apresentados indicam que, em 72% dos casos, a principal causa para a crise hídrica na RMSP tem sido a redução das chuvas. Com menos frequência também foram mencionadas como causas a má gestão da água e falta de planejamento, perdas no sistema e falta de investimentos no setor. Questões mais complexas relacionadas a uso e ocupação do solo, ordenamento territorial e políticas de proteção dos recursos naturais quase não foram mencionadas, demonstrando o caráter reducionista dos meios de comunicação analisados na abordagem de um tema tão complexo (Jacobi et al., 2015b).

Observando quem é citado pelos jornalistas nas notícias publicadas pela Folha de S. Paulo, é possível identificar a ausência de espaço para os atores da sociedade civil, mostrando o afastamento desse grupo na participação na solução do problema. O poder público (governo do estado de São Paulo, Agência Nacional de Águas, Sabesp e DAEE) são os atores que recebem mais visibilidade nas notícias, e as soluções apontadas para enfrentar a questão estão reduzidas a ações emergenciais de caráter técnico, sem que haja espaço para o envolvimento da sociedade civil. Isso mostra que outros atores envolvidos na gestão da água são constantemente excluídos do debate público e que soluções a médio e longo prazo tampouco são consideradas (Jacobi et al., 2015b).

Rodrigues e Villela (2015) observaram que a maioria das notícias tratava sobre a caracterização da crise já instaurada, principalmente das ações individuais associadas a ela. Dentre as 341 notícias jornalísticas analisadas no período de julho de 2014 até janeiro de 2015 do jornal Folha de S. Paulo, 81,2% tratavam da crise e apenas 18,8% das suas causas (Rodrigues; Villela, 2015). Entre as que tratavam da crise, os assuntos mais frequentemente tratados foram (porcentagem em relação ao total de notícias analisadas):

(...) os que tratavam de iniciativas individuais, locais, ou efeitos da crise em bairros ou localidades específicas, tais como questões de desperdício (25,5%). Em segundo lugar, aparecem as que trataram especialmente de medidas governamentais emergenciais, como diminuição da pressão (expressão pré-eleitoral) ou rodízio, com 18,2%. Em terceiro lugar, aparecem as que se restringiram a informar o nível dos reservatórios e apresentar determinadas características do tempo no dia anterior (14,4%) e, em quarto, as que tratavam das obras emergenciais (9,7%) (Rodrigues; Villela, 2015).

Entre as 64 notícias que tratavam das causas da crise hídrica, as notícias falavam em grande parte sobre questões relativas ao clima (30) e relativas ao governo e gestão dos recursos hídricos do estado (29). As duas abordagens apresentam problemas no conteúdo trazido nas notícias: as informações relacionadas à gestão governamental são de caráter preventivo e de longo prazo (eg. ampliação da capacidade de armazenamento, diminuição de perdas e interligação dos sistemas), que já deveriam ter sido postas em prática há pelo menos duas décadas, mas não haviam sido feitas até o início de crise. As

questões relativas ao clima induzem o leitor a pensar que pouco poderia ter sido feito em termos de planejamento preventivo, devido à imprevisibilidade climática (Rodrigues; Villela, 2015).

Esses dois autores mostram o mesmo discurso que obtive na análise dos editoriais de 2014 e notícias de 2015, voltado para a culpabilização dos indivíduos e fatores climáticos, pouco debatendo outras questões relacionadas. Existem, claro, algumas notícias que fazem uma abordagem mais ampla, trazendo outras informações sobre a crise hídrica, fazendo um debate mais completo sobre o tema, mas essas notícias são minoria em relação as outras.

Ao repetir que a crise hídrica é causada pelo mal uso por parte da população e falta de chuvas, torna-se essa ideia senso comum. George Gerbner, no seu livro sobre a teoria do cultivo, mostra como a mídia modifica o modo como as pessoas interpretam a realidade com base no que exposto repetidamente ao longo de vários anos. Gerbner mostra que a repetição é mais forte na construção da opinião pública do que exposições esporádicas mais completas. O tema da crise hídrica, tratado pelos nossos meios de comunicação pelo enquadramento de responsabilidade cria essa concepção na sociedade e não contribui com a construção da ideia de que as questões ambientais estão diretamente relacionadas com outros fatores, por mais que eventualmente eles sejam expostos por esses mesmos meios de comunicação.

A categorização das notícias no caderno cotidiano é outro fator que contribui para a má compreensão do que são as questões ambientais. As questões ambientais são extremamente complexas, pois se relacionam com diversas outras áreas da vida humana, como segurança, saúde, moradia, energia entre outras. A utilização, por parte da Folha de SP, do caderno ambiente para trazer informações sobre curiosidades e avanços científicos na área (como demonstrado anteriormente na descrição do caderno Ciência) não contempla a noção de que o ambiente natural está dentro da sociedade humana.

Outro ponto importante a ser destacado é que as informações apresentadas no site da Sabesp são confusas e demasiadamente tecnicizadas, a que dificulta o entendimento da situação real das represas. Um dos princípios básicos da transparência, essencial à democracia e participação dos diversos segmentos civis, é que as informações públicas estejam disponíveis de maneira simples, fácil e compreensível.

Assim, a Folha de S. Paulo contribui muito mais para uma concepção de natureza intocada do que para avançar na compreensão do ambiente natural que faz parte integrante da vida humana. Culpabilizar o meio ambiente e o consumidor final, não utilizar o caderno ambiente para debater a questão, deixar de trazer os problemas de investimento nos anos anteriores à crise e relacionar a questão com segurança pública, saneamento e economia, não fortalecem a ideia de que o ambiente natural faz parte da sociedade e não que está fora, ou em volta, dela.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DISCURSO AMBIENTAL PARA MELHORAR NOSSA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

É necessário pensarmos o ambiente natural como parte integrante da sociedade humana, e fazermos os discursos ambientais sempre pensando em criar essa conexão para as pessoas que não têm essa compreensão. A construção da concepção de que o ambiente natural não está separado do ambiente antrópico precisa ser feita por um longo período de tempo, com perspicácia para adequar o discurso à construção dessa concepção e de maneira constante para criar os *frames* necessários ao seu entendimento.

As grandes corporações midiáticas têm papel central na formação de opinião pública, por isso a maneira como são tratadas as questões ambientais por todos os meios de comunicação precisa ser revista. A agenda dos grandes meios de comunicação de massa define como as pessoas veem e compreendem a realidade. A mídia não define apenas qual assunto é tratado, o que já influencia consideravelmente para onde está voltada a atenção da opinião pública, mas como ele é tratado, influenciando diretamente a opinião das pessoas (McCombs, 2002).

No Brasil, as grandes empresas midiáticas estão diretamente conectadas com outras áreas produtivas, comprometendo sua capacidade de realizar uma cobertura jornalística que seja livre de interesse privado. Os interesses de mercado associado a isso levam a um jornalismo enviesado, que distorce e informa a população sem deixar de lado seus interesses do capital.

As questões ambientais são diretamente prejudicadas nessa estrutura de jornalismo, pois o meio ambiente é associado a um recurso a ser explorado e monetarizado, dificultando a criação de uma concepção de sustentabilidade ecológica associada à vida humana.

A superação da perspectiva utilitarista dos recursos ambientais, extremamente conectada com a expansão de mercados, é necessária para garantir a vida humana com seus direitos básicos garantidos. A concepção neoliberal de monetarização dos recursos ambientais não garante sua preservação, visto que a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas e exploração dos recursos naturais presentes dentro das áreas de preservação, quilombolas e indígenas está sempre presente no discurso que defende a necessidade de aumentar a produção interna e desenvolvimento do país.

Precisamos, portanto, não apenas mudar a maneira como falamos sobre o meio ambiente, mas criarmos meios de comunicação plurais e democráticos que reproduzam as informações sobre o tema de maneira mais adequada. A democratização dos meios de comunicação, expandindo para além do oligopólio das grandes famílias de comunicação do país, é um passo possível e que acarretaria qualitativamente no que é veiculado.

Por isso, é de extrema importância um engajamento político para que essa mudança ocorra não apenas dentro das corporações midiáticas e jornalísticas, mas também por meio de incentivos do poder público para promover essa mudança. A presença do poder público na democratização dos meios de comunicação, combatendo a propriedade cruzada e fomentando pequenos grupos locais, descentralizados,

pode ser um caminho para que novas visões e perspectivas ganhem mais espaço na realidade da população.

Com isso, observa-se que existem diversos aspectos que necessitam de um avanço para que a compreensão do que é o ambiente natural mude na opinião pública. A mudança do entendimento do que é o ambiente natural pode permitir alterações profundas na nossa relação com o consumo de água, preservação e conservação de espaços naturais que a sociedade humana tanto depende para sobreviver.

As questões climáticas, mais especificamente a falta de chuvas, foram apresentadas como fator central no problema da crise hídrica, colocando os gestores do abastecimento de água da RMSP em uma posição segura, “pegos de surpresa” pela “imprevisibilidade” do acontecimento, o que já se demonstrou que não é verdade. A falta de investimentos em infraestrutura para suprir a crescente demanda da RMSP, já denunciada anos antes do início da crise, supriria a região em momentos pontuais de baixa pluviometria. Além disso, políticas de conscientização da população poderiam ser aplicadas desde o início da falta de chuvas, ou até mesmo anteriores a ela, visto que o nível das represas tem se demonstrado em constante declínio desde 2012.

A culpabilização do indivíduo é um segundo fator apresentado pelos jornais como causa na problemática da crise hídrica. Trazidos pelas grandes mídias para justificar a crise sendo também o caminho para sua superação, a economia de água por parte dos consumidores domésticos não é tão significativa quanto o uso de água por parte da indústria e consumo rural (para irrigação e abastecimento animal).

A ausência de um debate aprofundado em outras questões como as políticas públicas de proteção de mata ciliar, que protegem apenas 40% das margens das represas que abastecem a região metropolitana de São Paulo, e investimentos de infraestrutura urbana para distribuição de água, causa um afastamento da população da compreensão de que as questões ambientais fazem parte integrante da vida humana, seja ela urbana ou rural.

Por isso, o que defendo nesse trabalho é uma mudança na abordagem do que é o meio ambiente e como ele se relaciona com a sociedade humana. Essa mudança de perspectiva quando falamos sobre as questões ambientais vai de uma responsabilidade para além dos grandes meios de comunicação, mas de todos os jornalistas que cobrem as questões ambientais, ambientalistas e pesquisadores/estudiosos da área ambiental. O discurso ambiental precisa estar carregado de informações que deixam claras as conexões com políticas públicas específicas do tema, relacionando adequadamente a problemática com outros aspectos – no caso da crise hídrica, além da falta de chuvas e irresponsabilidade dos consumidores; como questões associadas à ocupação ilegal da terra à beira de represas e rios, investimento em infraestrutura urbana para distribuição de água e coleta de esgoto, ampliação das represas, educação e conscientização do consumo da população, incentivo público para que as empresas e indústrias fechem seu ciclo da água (por meio do tratamento e reutilização, diminuindo seu consumo), transparência e acesso a informação das empresas públicas de distribuição, entre outras medidas.

Esse trabalho traz ainda questões a serem debatidas. A representatividade feminina dentro da Folha de S. Paulo e outros jornais é um exemplo de um interessante dado que precisa ser melhor

aprofundado, por ser extremamente menor do que o número de homens tanto entre jornalistas como dentro do corpo editorial. As notícias publicadas pela madrugada e a escolha dos cadernos que as mesmas são categorizadas é outro dado que pode ser estudado mais profundamente para compreender a organização e prioridade que a Folha de S. Paulo dá para cada tema.

Existe muito ainda onde avançar na compreensão das relações existentes entre o ambiente natural e o ambiente humano, entretanto, do muito que já se sabe pouco é apresentado por nossos meios de comunicação à população. A mudança do discurso da natureza intocada para um discurso do ambiente humano relacionado à natureza é essencial para fazermos o correto manejo dos recursos naturais e construir uma sociedade digna e saudável para toda a população.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA PELA ÁGUA. **Relatório sobre violação de direitos humanos na gestão hídrica no Estado de São Paulo**. [s.l: s.n.].
- ALVES, C.; DAMASCENO, J.; CORREIA, T. Sabesp distribui até 60% dos lucros aos acionistas durante governo Alckmin. **Jornal GGN**, [s. l.], 5 maio. 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/sabesp-distribui-ate-60-dos-lucros-aos-acionistas-durante-governo-alckmin>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- ARTIGO 19. **Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo – a falta de transparência no acesso à informação**. São Paulo. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/relatorio-sistema-cantareira-e-a-crise-da-agua-em-sao-paulo-a-falta-de-transparencia-no-acesso-a-informacao/>>.
- BARIFOUSE, R. Maior crise hídrica de São Paulo expõe lentidão do governo e sistema frágil. **BBC Brasil**, [s. l.], 22 mar. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140321_seca_saopaulo_rb>
- BRADSHAW, P. Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. [s.l: s.n.]. p. 111–136.
- BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília - Df.
- BRASIL, A. N. de Á. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno**. [s.l: s.n.].
- BRASIL, M. do M. A. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco**. Brasília - Df. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf>.
- CARTA CAPITAL. CNV chancela versão de que a Folha emprestou carros para a ditadura. **Carta Capital**, [s. l.], 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/cnv-chancela-versao-de-que-a-folha-emprestou-carros-para-a-ditadura-3323.html>>
- CEMADEN. Situação Atual e Projeção Hidrológica para o Sistema Cantareira. [s. l.], p. 2–8, 2017.
- CHIODI, R. E.; SARCINELLE, O.; UEZU, A. Management of water resources in the Cantareira Water Producer System area: a look at the rural context. **Ambiente e Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 151–165, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1980-993X2013000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 6 set. 2017.
- COLUSSI, J.; MIGUEL, K. A crise da água na narrativa hipermídia do jornal o Estado de São Paulo. **Revista Científica do curso de Comunicação Social da UFMA**, [s. l.], v. 15, n. 16, 2015.
- CUSTÓDIO, V. A Crise Hídrica na Região Metropolitana de São Paulo (2014-2015). **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 445, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102136>>. Acesso em: 6 set. 2017.

- DALMONTE, E. F. Webjornalismo e o fazer-refazer jornalístico. In: **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. [s.l: s.n.]. p. 118–152.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- FGV. **História da Folha de S. Paulo**. 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- FILHO, O. F. Folha avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>>
- FOLHA DE S. PAULO. Limites a Chávez. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>
- FOLHA DE S. PAULO. **Linha editorial**. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- FOLHA DE S. PAULO. **Folha estreia novo site; atualização simultânea fica mais ágil**. 2018a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-estreia-novo-site-atualizacao-simultanea-fica-mais-agil.shtml?loggedpaywall>>.
- FOLHA DE S. PAULO. **Cadernos Diários**. 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml?fill=3>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- FOLHA DE S. PAULO. **Expediente**. 2018c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/expediente.shtml?fill=6>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- FONTENELLE, I. A. A resignificação da crise ambiental pela mídia de negócios: responsabilidade empresarial e redenção pelo consumo. **Galaxia**, [s. l.], n. 26, p. 135–147, 2013.
- FRACALANZA, A. P.; FREIRE, T. M. Crise da água na região metropolitana de São Paulo : injustiça ambiental , privatização e mercantilização de um bem comum. [s. l.], v. 19, n. 2015, 2016.
- GERARQUE, E. Sabesp não investiu 37% do previsto em obras pré-crise. **Folha de S. Paulo**, [s. l.], 1 jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1463120-sabesp-nao-investiu-37-do-previsto-em-obras-pre-crise.shtml?loggedpaywall>>
- GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT. **The Global Media Monitoring Project**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/highlights/highlights_en.pdf>.
- GURGEL, H. C. et al. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, [s. l.], v. 3, p. 109–120, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/boletim_ipea_uc_desenvolvimento_dez_09_240.pdf>

HOEFFEL, J. L. et al. Trajetórias do Jaguar - unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente e Sociedade**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 131–148, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci%7B_%7Darttext%7B%7Dpid=S1414-753X2008000100010%7B%7Dlng=pt%7B%7Dnrm=iso%7B%7Dtlng=pt%5Cnhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci%7B_%7Darttext%7B%7Dpid=S1414-753X2008000100010%7B%7Dlang=es>

INSTITUTO FLORESTAL. **Parque estadual da cantareira: Plano de manejo** **Plano de Manejo - Parque Estadual da Cantareira**. São Paulo. Disponível em: <http://www.celsofoelkel.com.br/artigos/outros/2009_Kronka_Manejo_Cantareira.pdf>.

JACOBI, P. R. et al. Governança da água e inovação na política de recuperação de recursos hídricos na cidade de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 61–81, 2015. a. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100061&lng=pt&tlng=pt>

JACOBI, P. R. et al. Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e respostas da sociedade civil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 84, p. 27–42, 2015. b. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200027&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 6 set. 2017.

LAKOFF, G. Why it Matters How We Frame the Environment. **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 70–81, 2010. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17524030903529749>>

LESTER, L. **Media & Environment**. 1. ed. [s.l.] : Polity, 2010.

LOPES, A. E. R. ANÁLISE DA COBERTURA DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS PELO JORNAL ONLINE “FOLHA DE SÃO PAULO”. [s. l.], 2016.

MARENGO, J. A. et al. A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo. **Revista USP**, [s. l.], n. 106, p. 31, 2015. a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/110101>>

MARENGO, J. A. et al. A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo. **Revista USP**, [s. l.], v. 0, n. 106, p. 31, 2015. b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/110101>>. Acesso em: 6 set. 2017.

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M. Crise Hídrica em São Paulo em 2014: Seca e Desmatamento. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 485, 2015. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/100879>>

MARTIRANI, L. A.; PERES, I. K. CRISE HÍDRICA EM SÃO PAULO: COBERTURA JORNALÍSTICA, PERCEPÇÃO PÚBLICA E O DIREITO À INFORMAÇÃO. [s. l.], 2016.

MCCOMBS, M. The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion. **North**, [s. l.], v. 2009, n. 05-12, p. 21, 2002. Disponível em: <<http://sticrd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>>

MEDEIROS, A. O. M. De; MOZETIC, V. A. O direito a água e sua afirmação jurisprudencial partindo do sentido de um direito humano fundamental. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, [s. l.], n. 29, p. 1–15, 2016.

MENDONÇA, D. B. De. **Caso sonho: mídia e direitos humanos na desocupação do parque oeste industrial em Goiânia**. 2015. Universidade de Brasília, [s. l.], 2015.

MOM BRASIL. **A hegemonia da concentração sem limites**. 2017a. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOM BRASIL. **Geographical concentration**. 2017b. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/en/findings/geographical-concentration/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOM BRASIL. **Grupo Globo**. 2017c. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MOM BRASIL. **Proprietários da Mídia**. 2017d. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MOM BRASIL. **Grupo Folha**. 2017e. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-folha/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOM BRASIL. **Família Frias**. 2017f. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/pessoas/detail/owner/owner/show/frias-family/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MORAES, D. De. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: **Mídia, Poder e Contrapoder**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 183.

MUNIZ, C. As mudanças de linha editorial na folha de são paulo (1979-1989). [s. l.], p. 1–183, 1999.

NETO, J. C. C. A crise hídrica no estado de São Paulo. [s. l.], v. 19, n. 2015, p. 479–484, 2016.

OLIVEIRA FILHO, G. R. A crise da água na região metropolitana de São Paulo em 2014 e a ineficiente gestão dos recursos hídricos. **CES Revista**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 5–20, 2015.

OXFORD. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8th. ed. New York: Oxford, 2010.

RESK, F.; LEITE, F. Sabesp paga R\$ 504 mil de bônus a diretores. **O Estado de S. Paulo**, [s. l.], 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sabesp-paga-r-504-mil-de-bonus-a-diretores,1670622>>

RICHARDS, R. C. et al. Considering farmer land use decisions in efforts to ‘scale up’ Payments for Watershed Services. **Ecosystem Services**, [s. l.], v. 23, p. 238–247, 2017. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2212041616302224>>. Acesso em: 11 set. 2017.

RODRIGUES, C.; VILLELA, F. N. J. Disponibilidade e escassez de água na Grande São Paulo. Elementos-chave para se compreender a origem da atual crise de abastecimento. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 399, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/111496>>. Acesso em: 6 set. 2017.

ROTHBERG, D. **Jornalismo Público**. 1. ed. São Paulo.

SAKAMOTO, L. Folha reconhece que errou no Caso “Ditabranda”. **Blog do Sakamoto**, [s. l.], 8 mar. 2009. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/03/08/folha-reconhece-que-errou-em-caso-da-ditabranda/>>

SÃO PAULO. **A Água como um Bem e o Saneamento Básico na RMSP**. [s.l.: s.n.].

SORIANO, É. et al. Water crisis in São Paulo evaluated under the disaster’s point of view. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 21–42, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000100003&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 6 set. 2017.

THÉRY, H. O contexto da crise hídrica. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 19, n. 2015, p. 495–500, 2015.

TUFFANI, M. O gráfico da Sabesp engana mais que mil palavras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2014a. Disponível em: <<http://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2014/07/15/O-GRAFICO-DA-SABESP-ENGANA-MAIS-QUE-MIL-PALAVRAS/>>

TUFFANI, M. Um dia especial do gráfico desinformativo da Sabesp. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 2014b. Disponível em: <<http://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2014/09/20/um-dia-especial-para-o-grafico-desinformativo-da-sabesp/>>

TUFFANI, M. A retórica retrógrada do secretário de recursos hídricos de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2015a. Disponível em: <<http://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2015/03/30/a-retorica-retrograda-do-secretario-de-recursos-hidricos-de-sp/>>

TUFFANI, M. Percentual negativo é o correto para o sistema Cantareira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2015b. Disponível em: <<http://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2015/07/29/percentual-negativo-e-o-correto-para-o-sistema-cantareira/>>

TUFFANI, M. **Blog Maurício Tuffani**. 2018. Disponível em: <<https://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 1. ed. [s.l.] : Contexto, 2011.

VIEIRA, T. N. A.; VIEIRA, L. T. A. Análise de Ecologia da Paisagem do Sistema Cantareira voltada à questão hídrica. [s. l.], 2016.

WHATELEY, M.; CUNHA, P. **Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manacial de água da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A.

cotidiano febre amarela massacre em presídios carnaval 2018 rio de janeiro

CRISE DA ÁGUA

COMO ECONOMIZAR | COMO POUPAR EM CONDOMÍNIOS | 20 RESPOSTAS SOBRE A CRISE | VOLUME MORTO | ÁGUA NO BRASIL

Sabesp faz plano fraco para 'volume morto' do Cantareira, diz agência

LUCAS SAMPAIO DE CAMPINAS

01/10/2014 @ 16h59 - Atualizado às 20h11

[Compartilhar](#) [Twitter](#) [Google+](#) [LinkedIn](#) [Email](#) < 265 [OUVR O TEXTO](#) [Mais opções](#)

A Sabesp protelou a entrega de um plano para a retirada da segunda cota do "volume morto" do sistema Cantareira e, quando o fez, apresentou um projeto "muito fraco", afirmou o diretor-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), Vicente Andreu, nesta quarta-feira (1º).

A empresa de saneamento pediu até o próximo dia 6 para reapresentar o estudo, que prevê a utilização de mais 106 bilhões de litros das águas que estão abaixo das bombas de captação

leia também

Projeto para crise da água pode provocar rodízio no interior de SP

Plano prevê interrupção diária de retirada de água no sistema Cantareira

Após horas de protesto, moradores ateam fogo em caçambas em Itu (SP)

alalaô

para rerepresentar o estudo, que prevê a utilização de mais 106 bilhões de litros das águas que estão abaixo das bombas de captação da Sabesp e foi enviado na semana passada aos órgãos responsáveis por autorizar a retirada - ANA e DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica, do governo estadual).

Segundo Andreu, que não deu detalhes do plano nem disse a razão pela qual o considera fraco, "parece evidente que há uma ação protelatória" da Sabesp, que entregou o projeto no último dia de prazo após três prorrogações.

Sistema Cantareira 3 de 13 < > Danilo Verpa/Folhapress

A FEBRE

FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização

Balanço das Promessas de Doria

TRANSPARÊNCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

siga a folha

COMPARTILHE ESTE LINK

[Compartilhar](#) [Twitter](#) [Google+](#) [LinkedIn](#) [Email](#) < 265

Menu Sabesp faz plano fraco para volume morto do cantareira diz-agencia.shtml

www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1525483-sabesp-faz-plano-fraco-para-volume-morto-do-cantareira-diz-agencia.shtml

sigla a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email... enviar

f t g+ in p

ig r y

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Justiça Militar inocenta PM que matou rapaz em SP por 'disparo involuntário'		
2	'Não é só traficante, é pegar o colarinho branco', diz futuro chefe nacional da Segurança		
3	Réveillon na avenida Paulista terá queima de fogos silenciosa pela primeira vez		
4	Presos suspeitos de matar comerciante que caiu em golpe de moto aquática		

PT 10:42 05/12/2018

Menu Sabesp faz plano fraco para volume morto do cantareira diz-agencia.shtml

www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1525483-sabesp-faz-plano-fraco-para-volume-morto-do-cantareira-diz-agencia.shtml

os bilhões de litros de água. A segunda cota do volume morto alocará 106 bilhões ao sistema, caso a retirada seja autorizada.

ÁGUA ATÉ MAIO

A **Folha** teve acesso a informações que constam no estudo da Sabesp e que será revisto. Segundo projeção inicial da empresa, a segunda cota do volume morto e as chuvas permitiriam abastecer a Grande SP e as regiões de Campinas e Piracicaba até maio de 2015, quando começa o próximo período de estiagem.

O plano mostra que há 93% de probabilidade de o Cantareira chegar em 1º de maio com cerca de 10% do volume útil –mesmo patamar de 1º de maio deste ano. Caso essa projeção se concretize, é provável que os mesmos problemas da crise hídrica de 2014 se repitam no próximo ano.

Mostra também que a Sabesp não pretende reduzir a atual quantidade de água que é retirada do Cantareira para abastecer a Grande São Paulo (19,7 m3/s).

Esse foi o motivo para a ANA ter se retirado do comitê de gestão de crise do Cantareira em 19 de setembro. Segundo a agência, havia sido acordado com o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, Mauro Arce, que a vazão para a capital seria reduzida a 18,1 m3/s a partir de hoje (1º de outubro) e a 17,1 m3/s a partir de 1º de novembro.

"O grupo deixou de existir porque o secretário [Mauro Arce] não cumpriu o acordo firmado", afirma o diretor-presidente da ANA. "Nós temos uma visão: diante da gravidade, [devemos] reduzir a vazão para aumentar a vida útil do sistema. Ele está olhando para os impactos sobre a Sabesp. Isso é normal. O que não é normal é não cumprir acordo."

4 Presos suspeitos de matar comerciante que caiu em golpe de moto aquática

5 Gestão Covas admite desconhecer real condição de pontes e viadutos de SP

PUBLICIDADE

Livraria da Folha CARNIVAL DE OFERTAS Seleção especial de produtos por até R\$ 19,90

+ livraria

- Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores
- Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"
- Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

Livraria da Folha

Michael Losier
A Lei da Atração - Peça, Acredite e Receba
De: R\$ 24,90
Por: R\$ 17,90

PT 10:43 05/12/2018

Menu Sabesp faz plano fraco para volume morto do cantareira diz agência.shtml

sistema. Ele está olhando para os impactos sobre a Sabesp. Isso é normal. O que não é normal é não cumprir acordo."

Mesmo com as críticas, Andreu minimiza a situação. "Apesar do tensionamento político, as questões técnicas vão prevalecer."

OUTRO LADO

Procurada, a Sabesp informou que não vai se pronunciar sobre as críticas da ANA nem o conteúdo do plano e entregará uma nova versão do documento no prazo extra solicitado.

Em nota, a SSRH (Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos) afirma que "lamenta a decisão da ANA de romper unilateralmente um esforço conjunto que vinha sendo conduzido de forma harmônica desde a criação do GTAG [Grupo Técnico de Assessoramento para a Gestão do sistema Cantareira] em fevereiro".

"A secretaria estranha o momento dessa decisão e o fato de ter sido tomada de uma forma que contraria os critérios técnicos que continuarão pautando o trabalho do DAEE, da Sabesp e dos demais integrantes do GTAG", complementou a SSRH.

A pasta não se pronunciou sobre a afirmação da ANA de que a redução da vazão do Cantareira para a Grande SP havia sido acordada entre o secretário Mauro Arce e o diretor-presidente da agência. "A Secretaria espera que a ANA reveja sua decisão e volte ao grupo de trabalho." ★★

Compartilhar 265 Ouvir o texto Mais opções

A LEI DA ATRAÇÃO
De: R\$ 24,90
Por: R\$ 17,90
[Comprar](#)

RACISMOS
De: R\$ 74,90
Por: R\$ 29,90
[Comprar](#)

Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)
De: R\$ 79,90
Por: R\$ 54,90
[Comprar](#)

Achados e Perdidos da História - Escravos
De: R\$ 39,90
Por: R\$ 17,90
[Comprar](#)

Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)
De: R\$ 24,90
Por: R\$ 17,90
[Comprar](#)

PT 10:43 05/12/2018